

Sumário

Apresentação <i>Ieda Maria Alves</i>	03
Elaboração de glossários de termos jurídicos: análise dos glossários em japonês-português <i>Olivia Yumi Nakaema</i>	05
Glossário bilíngue de termos de históricos escolares acadêmicos (português-alemão) <i>Karina Herrera Silva; Tinka Reichmann</i>	23
L'elaborazione di un glossario sulla Green Economy: dalla didattizzazione alla pratica <i>Patrizia Guasco</i>	39
Terminologia como estudo padronizador em linguagem de especialidade <i>Sátia Marini</i>	65
As narrativas orais em contextos de obras terminográficas <i>Raimunda Benedita Cristina Caldas; José Guilherme dos Santos Fernandes</i>	79

Apresentação

A série *Cadernos de Terminologia* chega ao seu sexto número, reunindo cinco trabalhos dedicados à elaboração e à apresentação de glossários.

Cada um desses glossários caracteriza-se por sua originalidade e por seus objetivos, manifestando as diferentes possibilidades de apresentação dessas obras que têm, em comum, a finalidade de elucidar o significado de palavras e expressões.

Em *Elaboração de glossários de termos jurídicos: análise dos glossários em japonês-português*, Olivia Yumi Nakaema analisa três glossários bilíngues (japonês-português) de termos jurídicos, publicados na década de 2000, discutindo criticamente questões acerca de sua elaboração. Uma das conclusões do estudo refere-se a línguas que, como o japonês, adotam a escrita em ideogramas e não o alfabeto latino. Em razão desse fato, a autora enfatiza a necessidade do uso de um sistema de transliteração para o alfabeto romano e, quando possível, a organização dos termos de acordo com a ordem desse alfabeto.

Outro glossário bilíngue, o *Glossário bilíngue de termos de históricos escolares acadêmicos (português-alemão)*, é apresentado por Karina Herrera Silva e Tinka Reichmann, que estudam contrastivamente a terminologia acadêmica presente em históricos escolares brasileiros e alemães. O trabalho, destinado a pesquisadores e a tradutores, procura contribuir com a compreensão do sistema de ensino superior brasileiro e a adaptação a ele por alunos alemães.

Dois glossários monolíngues são apresentados, com diferentes objetivos.

Patrizia Guasco apresenta, em *L'elaborazione di un glossario sulla Green Economy: dalla didattizzazione alla pratica*, as etapas de elaboração de um glossário monolíngue na língua italiana sobre o conceito de *Economia Verde*. O artigo compreende as diferentes fases relativas à elaboração dessa aplicação terminológica: o embasamento teórico, a metodologia seguida, a

coleta de termos, a busca de equivalentes em inglês e alemão e a organização do Glossário.

Em *Terminologia como estudo padronizador em linguagem de especialidade*, Satia Marini analisa aspectos padronizados no *Glossário Temático de Saúde Suplementar*, que segue critérios comuns aos demais glossários desenvolvidos no âmbito do Projeto de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde. Esses critérios comuns referem-se à extração de termos, à elaboração de definições, à inclusão de remissivas, de variantes lexicais, siglas e notas e ainda à tradução dos termos-entrada para o inglês e o espanhol.

O artigo *As narrativas orais em contextos de obras terminográficas*, apresentado por Raimunda Benedita Cristina Caldas e José Guilherme dos Santos Fernandes, discute o espaço das narrativas orais nos contextos de obras terminográficas. Os autores enfatizam a importância das narrativas orais nas abonações de glossários e dicionários terminológicos, considerando-as como vetores legítimos de processos culturais de construção de representações coletivas.

São Paulo, julho de 2014

Ieda Maria Alves

Elaboração de glossários de termos jurídicos: análise dos glossários em japonês- português

Olivia Yumi Nakaema*

1. Introdução

Os primeiros contatos entre as línguas japonesa e portuguesa ocorreram ainda no século XVI, com a chegada de portugueses da Companhia de Jesus aos portos ao sul do Japão. Pode-se afirmar que o primeiro glossário nestas duas línguas, o *Vocabvlario de la Lingoa de Iapam*, data de 1603 e foi elaborado pelo missionário João Rodrigues (1561-1633)¹. Assim como esse primeiro, posteriormente foram elaborados dicionários tanto no Japão, quanto em Portugal e no Brasil.

As relações jurídicas entre Brasil e Japão se intensificaram após a década de 80 com o início do chamado “Movimento Decassegui”, isto é, a ida de brasileiros ao Japão com a finalidade de exercerem trabalho assalariado temporário. Desse processo surgiu uma maior necessidade de aproximação entre os sistemas jurídicos do Brasil e do Japão e, conseqüentemente, a necessidade de tornar as duas línguas mais acessíveis a pesquisadores, tradutores e intérpretes e população em geral.

* Bacharel em Direito e Letras (Habilitações em Português e Japonês) pela Universidade de São Paulo e mestre pelo programa de Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é mestranda em Literatura Japonesa pela Universidade de Osaka, Japão.

¹ Apesar de haver controvérsias quanto aos dados biográficos de João Rodrigues, essas informações são baseadas em *Arte da Lingoa de Iapam*, de João Rodrigues, organizada por Doi e Mitsuhashi (1976).

Atualmente, com o Acordo Previdenciário Brasil-Japão, que foi assinado entre os dois países, em julho de 2010, em Tóquio, e que passou a vigorar a partir de 2012², torna-se ainda mais urgente uma maior compreensão dos termos jurídicos de Direito Previdenciário. Esse acordo tem como objetivo tornar compatíveis os sistemas previdenciários dos dois países, tornando possível o recebimento dos benefícios a partir da contagem das contribuições e tempo de serviço para os dois sistemas.

Por essas razões, neste trabalho, procuraremos analisar três glossários de termos jurídicos japonês-português, com o objetivo de investigar questões teóricas acerca da sua elaboração.

Ainda que o debate sobre tradução da língua japonesa possa parecer muito isolado e específico, acreditamos que as questões aqui levantadas possam ser úteis para o estudo sobre a elaboração de glossários também em outras línguas, principalmente nas em que a escrita não é no alfabeto romano.

2. Apresentação e análise dos glossários de termos jurídicos em japonês-português

Um glossário pode ter sido elaborado com objetivos variados e voltado a diferentes leitores. O objetivo pode ser amplo, visando elucidar termos principais de diversas áreas do Direito e atender um público-alvo também amplo, que pode abranger desde juristas especializados, acadêmicos, pesquisadores a pessoas sem conhecimentos da área de Direito. Outro objetivo do glossário pode ser mais específico, voltado a atender um público determinado e ao esclarecimento de termos de alguma área específica do Direito, como o Direito Tributário, Ambiental, Penal, entre outros.

² Para maiores informações sobre o Acordo Previdenciário Brasil-Japão, consultar o texto integral do acordo e cartilha explicativa no site do Ministério da Previdência Social do Brasil em <http://www.mpas.gov.br/>.

No caso das línguas japonesa e portuguesa, havia inicialmente uma preocupação com a integração entre o Direito Brasileiro e o Direito Japonês, com a necessidade de tratar de termos jurídicos comuns a mais de uma área do Direito. A fim de atender essa demanda, foi elaborado o primeiro glossário, publicado em 2000. Realizado esse primeiro passo, podemos notar o surgimento de outros objetivos, como a elaboração de glossários em áreas específicas, a ampliação do número de termos dos glossários já existentes e a inserção de informações enciclopédicas.

Em resposta à necessidade de um glossário de termos mais específicos, foram elaborados no Japão os glossários de Direito Penal em 2011 e 2013.

Para entender essa dinâmica da elaboração, apresentaremos a seguir as características desses três glossários mencionados.

2.1. *Glossário Português-Japonês de Termos Jurídicos*, de Mori e Ninomiya (2000)

O primeiro glossário jurídico de que se tem conhecimento é o “Glossário Português-Japonês de Termos Jurídicos” (ポ日法律用語集), publicado em 2000, no Japão, pela editora Yuhikaku. Fisicamente, este foi apresentado em 148 páginas no formato A5 (14,8 cm x 21 cm). Há duas impressões da primeira edição: a primeira de 2000 e segunda de 2001.

Elaborado por Seiichi Mori e Masato Ninomiya³ durante 12 anos, esse glossário abrange não só termos utilizados em várias áreas do Direito, como também expressões latinas de uso comum no ambiente jurídico. Podemos classificar as entradas desse glossário em três tipos:

³ O Professor Dr. Seiichi Mori é japonês e atua na Faculdade de Direito da Universidade Keio. O Prof. Dr. Masato Ninomiya é brasileiro, leciona nas Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade de Tóquio e trabalha como tradutor e advogado.

a) Termos de uso comum e jurídico

Termo da língua portuguesa	Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua japonesa (com escrita no alfabeto romano) ⁴
Fotografia	写真	<i>Shashin</i>
Hora	時間	<i>Jikan</i>

b) Termos jurídicos propriamente ditos:

Termo da língua portuguesa	Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua japonesa (com escrita no alfabeto romano)
Culpabilidade	責任 有責性	<i>Sekinin yûsekisei</i>
Embargos à execução de sentença	異議申立て (判決の執行に対する)	<i>igi mōshitate (hanketsu no shikkō ni tai suru)</i>

c) Expressões latinas:

Termo da língua portuguesa	Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua japonesa (com escrita no alfabeto romano)
<i>culpa in abstracto</i>	抽象的過失	<i>chûshôteki kashitsu</i>
<i>homo medius</i>	一般人 平均人	<i>lppanjin heikinjin</i>

Pode-se notar que o glossário reúne diversos termos que são utilizados não só no Direito, mas também em outras áreas. Pela grande abrangência de termos que agrega, podemos inferir que o público-leitor dessa obra é amplo, composto por profissionais, acadêmicos de Direito ou qualquer pessoa interessada.

Esse glossário foi organizado em três partes. A primeira contém entradas na ordem da língua portuguesa com a equivalente tradução para a língua japonesa escrita em alfabeto japonês e, em seguida, escrita em alfabeto romano. Vejamos dois exemplos:

⁴ A escrita romanizada obedece ao Sistema Hepburn de transliteração da escrita japonesa para o sistema alfabético romano.

Termo da língua portuguesa	Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua japonesa (com escrita no alfabeto romano)
Constituição Federal	連邦憲法	<i>renpô kenpô</i>
Divórcio	離婚	<i>Rikon</i>

Nos exemplos citados, é possível entender como são organizadas as entradas da primeira parte, de acordo com a ordem alfabética dos termos da primeira coluna à esquerda.

A segunda parte contém, por sua vez, entradas organizadas pela ordem do alfabeto silábico japonês *hiragana*, seguidas do equivalente termo da língua japonesa e do número de página em que se encontra na primeira parte, como apresentamos a seguir:

Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua portuguesa	Número da página correspondente à primeira parte do glossário
連邦憲法	Constituição Federal	[85]
離婚	Divórcio	[135]

O verbete em japonês é apresentado sob a forma escrita em ideogramas sem a indicação da leitura em alfabeto romano ou em um dos alfabetos silábicos japoneses (*hiragana* ou *katakana*).

A terceira parte é o índice remissivo apenas dos termos da língua portuguesa com a indicação das páginas em que o verbete é mencionado na primeira parte do Glossário. Vejamos como é sua apresentação:

Termo da língua portuguesa	Página
Constituição ⁵	30, 84, 85, 91, 303
Divórcio	6, 95, 135, 270

Essa terceira parte apenas é constituída por entradas na língua portuguesa e pelo número da página em que o termo foi utilizado. Nem todos

⁵ Na terceira parte do mencionado glossário, não constou o termo “Constituição Federal”, por isso, optamos por utilizar o termo “constituição” como exemplo, uma vez que é o termo que mais se aproxima.

os termos apresentados na primeira e na segunda parte foram referidos nesse índice remissivo, como é o caso da entrada “Constituição Federal”.

Tendo em vista essa divisão em três partes compostas por diferentes formas de consulta ao glossário, podemos notar que este é de fácil uso tanto para leitores da língua japonesa quanto leitores da língua portuguesa. Além disso, a obra também possui o mérito de ser pioneira na área jurídica nessas duas línguas, uma vez que não havia antes nenhuma obra publicada de termos jurídicos.

No entanto, analisando atentamente, podemos apontar alguns pontos negativos. Para determinadas áreas do Direito, faltam alguns termos importantes no glossário. Por exemplo, termos de grande relevância para entender o Direito Previdenciário Japonês não foram abrangidos, como é o caso de *kousei nenkin* 厚生年金 (aposentadoria por idade de assalariados), *kiso nenkin* 基礎年金 (aposentadoria básica), entre outros. E termos importantes para o Direito Previdenciário Brasileiro também não foram abrangidos, como “desaposentadoria”, “coeficiente previdenciário”, “revisão previdenciária”, “prequestionamento administrativo”, entre outros. Desse modo, acreditamos que seria de grande importância ampliar o conteúdo dos termos desse glossário, procurando incluir entradas referentes a áreas específicas do Direito.

Ademais, outro fator negativo que pode ser apontado é a falta de informações enciclopédicas acerca dos termos jurídicos apresentados. Tendo em vista que os sistemas jurídicos do Japão, do Brasil e de Portugal são diferentes⁶, acreditamos que algumas definições e exemplos de uso seriam úteis para a compreensão de algumas entradas do glossário.

Em suma, apesar de apresentar também pontos negativos, esse glossário é uma obra pioneira e, como tal, cumpre com eficiência o papel de abranger um grande número de termos jurídicos propriamente ditos e de uso comum.

⁶ Compreenda-se aqui também a inclusão de todos os demais países de língua portuguesa.

2.2. *Livro de bolso de Interpretação nas Cortes de Justiça* - uma compilação de práticas (Versão na língua portuguesa), da Supervisão do Departamento Criminal do Escritório Geral da Suprema Corte do Japão (2011)

Após a obra pioneira de Mori e Ninomiya (2000), houve também a publicação no Japão de dois glossários voltados à interpretação nos tribunais japoneses: o glossário apresentado no capítulo 4, do “Livro de bolso de Interpretação nas Cortes de Justiça - uma compilação de práticas”, publicado em 2011, e o “Glossário e explicações de termos jurídicos utilizados nos tribunais em 15 línguas”, publicado em 2013.

Passemos agora à análise do glossário de 2011.

O “Livro de bolso de Interpretação nas Cortes de Justiça - uma compilação de práticas” foi elaborado com o objetivo específico de orientar os tradutores e intérpretes que atuam no Ministério da Justiça do Japão em processos criminais em que há estrangeiros falantes da língua portuguesa envolvidos. Fisicamente, é apresentado no formato A5 (14,8 cm x 21 cm) e em 189 páginas. Publicado em Tóquio, pela editora Hôsôkai, esse livro é composto por quatro capítulos. O primeiro, em forma de perguntas e respostas, apresenta “itens que demandam a atenção por parte do intérprete no processo criminal”, isto é, esclarecimentos sobre como atuar nos tribunais. O segundo apresenta uma síntese do processo penal japonês para julgamento em segunda instância, isto é, tribunais que julgam recursos apresentados às decisões dos juízes em primeira instância. No terceiro capítulo, foram apresentados exemplos práticos de interpretação nos tribunais, como as falas mais comuns proferidas pelos juízes e promotores públicos. No quarto capítulo, há a apresentação do glossário de termos jurídicos e outros termos, objetos desta análise.

O glossário de termos jurídicos e outros termos é composto de três partes específicas:

- 1) Glossário de termos jurídicos
- 2) Glossário de nomes da legislação
- 3) Glossário de tipos penais

Nessa primeira parte, os termos jurídicos da língua japonesa são ordenados de acordo com o alfabeto silábico japonês *hiragana*. Vejamos alguns exemplos desse glossário:

Termo da língua japonesa (com escrita japonesa)	Termo da língua portuguesa
相被告人	co-acusado
居直り強盗	um ladrão que se torna violento(a) (por ter sido descoberto(a) em decorrência de um fato inesperado)
因果関係	causalidade; “ <i>conditio sine qua non</i> ”

Como se pode notar, nas entradas não há a forma de leitura dos termos da língua japonesa em alfabeto romano, o que dificulta a consulta ao glossário por pessoas que não compreendem a escrita japonesa. No entanto, como já abordado anteriormente, este glossário tem como público-alvo pessoas especializadas que atuam como intérpretes e tradutoras nos tribunais japoneses. Desse modo, ainda que haja dificuldades na utilização desse glossário, este cumpre satisfatoriamente esse objetivo.

Outro problema verificado é a incerteza das definições em relação ao significado dos termos jurídicos utilizados para explicar o verbete em japonês. Este é o caso do terceiro exemplo, cuja definição foi “causalidade” e “*conditio sine qua non*”. A expressão *ingakankei*因果関係 pode ser definida como “relação de causa e consequência”, o que a torna próxima do termo “causalidade”, mas distante do significado da expressão “*conditio sine qua non*”, que corresponde à “condição necessária” para que um fenômeno ocorra. Assim, como “*conditio sine qua non*” é sinônimo de “condição” e não

de “relação”, notamos que há algumas incorreções nos equivalentes termos da língua portuguesa.

Como ponto positivo desse glossário, podemos enfatizar a apresentação de definições e informações enciclopédicas na língua portuguesa dos termos jurídicos da língua japonesa. Isso é o que acontece no segundo exemplo, no qual consta a tradução “um ladrão que se torna violento(a)” e a explicação do contexto entre parênteses “(por ter sido descoberto(a) em decorrência de um fato inesperado)”.

Na segunda parte desse glossário, são listados os nomes de leis japonesas com as equivalentes traduções em português. Vejamos alguns exemplos:

Legislação	Tradução para a língua portuguesa
あへん法	Legislação do Ópio
刑事訴訟法 (刑訴法)	Código Processual Penal
モーターボート競走法	Lei da Corrida do Motor de Barco

Pode-se notar que nessa segunda parte do glossário, há uso tanto da palavra “legislação” quanto de “lei”, sem grande distinção entre elas. Na língua portuguesa, “legislação” é um conjunto de leis, um complexo de leis. Por esse motivo, “legislação” e “lei” não são sinônimas. No primeiro exemplo, *ahen'hô* あへん法 refere-se apenas a uma lei específica, por isso, acreditamos que seria mais correto utilizar a tradução “Lei do Ópio”, em vez de “Legislação do Ópio”. Em quase todos os termos traduzidos por “legislação”, ocorre esse mesmo problema.

Outra incorreção verificada nessa parte do glossário é a presença também de erros na equivalente tradução na língua portuguesa. No caso do terceiro exemplo *môtâbôtokyôshô* モーターボート競走法, essa lei foi traduzida incorretamente por “Lei da Corrida do Motor de Barco”. O erro desse exemplo reside na tradução equivocada do termo *môtâbôto* モーターボート, cuja forma correta seria “barco movido a motor” em vez de “Motor de Barco”.

Na terceira parte desse glossário, as entradas correspondem a tipos penais japoneses, isto é, nomes dos crimes no sistema jurídico japonês. São apresentadas entradas de termos correspondentes a atos considerados criminosos, como, por exemplo, *zôwaizai* 贈賄罪 “Crime de Suborno” e *settôzai* 窃盜罪 “Crime de Furto”. Novamente verificamos muitos erros de tradução e também a apresentação de tipos penais difíceis de serem compreendidos na língua portuguesa (“Crime da Detenção”, “Crime da Venda da Lotérica”, “Crime do Acordo Pré-Combinado”, entre outros), uma vez que não são termos técnicos utilizados no sistema jurídico brasileiro ou português.

Deve-se ressaltar que esse glossário possui o mérito de abranger muitos termos importantes do Direito Penal, principalmente com relação aos tipos penais abordados na terceira parte. Outro ponto positivo a ser apresentado é o fato de alguns termos conterem também informações enciclopédicas acerca do contexto em que são utilizados. Porém, pode-se perceber que não houve participação de juristas brasileiros ou portugueses na elaboração desse glossário, visto que há problemas sérios na tradução, o que compromete o intuito comunicativo do livro.

2.3. Glossário e explicações de termos jurídicos utilizados nos tribunais em 15 línguas, organização de Tsuda (2013)

Esse glossário publicado em março de 2013 é resultado do programa “Tradução e Interpretação no Japão Globalizado”, criado por iniciativa da Universidade de Osaka em 2007, cujo objetivo era facilitar o trabalho do tradutor e do intérprete atuante junto ao Ministério da Justiça do Japão, principalmente nos procedimentos do Tribunal do Júri. Como o glossário abrange quinze línguas diferentes, foi dividido em três volumes, sendo que a língua portuguesa está no volume 3. Fisicamente, este possui o formato A5 (14,8 cm x 21 cm) e, se considerarmos apenas a parte da língua portuguesa,

contém 37 páginas. Foi publicado em março de 2013, em Tóquio, pela editora Gendaijin Bunsha.

Organizado pelo Prof. Dr. Mamoru Tsuda⁷, esse glossário contou com a participação de juristas nativos de cada língua. Com relação à parte da língua portuguesa, esta foi elaborada pelo Prof. Dr. Marcelo de Alcântara⁸.

Esse glossário da língua portuguesa é dividido em duas partes. A primeira, organizada segundo o critério do alfabeto silábico *hiragana*, reúne 187 entradas na língua japonesa com equivalente tradução na língua portuguesa, definição, informações enciclopédicas e remissivas. Vejamos um exemplo:

さいはん 70 再犯	Reincidência (segundo crime)
Significa cometer, dentro de um período de cinco anos após sair da prisão, novo crime e ser condenado (CP, art. 56). Consultar também agravante de reincidência (segundo crime) e reincidência.	

Nesse exemplo, temos não só a tradução do termo japonês para a língua portuguesa, como também informações enciclopédicas sobre o contexto do sistema jurídico japonês, o que é fácil de ser compreendido até mesmo para pessoas que não são especialistas em Direito.

Outro fator positivo desse glossário é o uso de termos jurídicos da língua portuguesa para traduzir os termos da língua japonesa, o que faz com que haja um maior entendimento por parte dos juristas falantes dessa primeira língua. Como foi apresentado no exemplo, o uso do equivalente “reincidência” facilita a compreensão do termo jurídico japonês, uma vez que é o termo jurídico utilizado no Direito Penal Brasileiro. Se houvesse a apresentação apenas da expressão “segundo crime”, entre parênteses, não seria tão fácil de entender a que o termo japonês equivale.

Além disso, na entrada desse glossário, sobre o termo em japonês consta a leitura dos ideogramas escrita em alfabeto silábico *hiragana*. Isso facilita muito a utilização desse glossário por estrangeiros, uma vez que a

⁷ O Prof. Dr. Mamoru Tsuda é japonês e leciona na Universidade de Osaka.

⁸ O Prof. Dr. Marcelo de Alcântara é brasileiro e leciona na Universidade Feminina de Ochanomizu, em Tóquio.

leitura de ideogramas é considerada mais difícil que a leitura do alfabeto silábico *hiragana*.

Há também alguns pontos negativos nesse glossário. O que mais se destaca é o fato de apresentar poucos termos jurídicos: apenas 187 entradas. Mesmo sendo um glossário especializado em Direito Penal, consideramos que esse número de entradas ainda é pequeno.

A segunda parte desse glossário apresenta entradas na língua portuguesa e sua equivalente tradução na língua japonesa, seguindo a ordem alfabética romana. Vejamos o exemplo que corresponde à entrada “reincidência” já referida:

Termo da língua portuguesa	Termo da língua japonesa (com escrita em ideogramas)	Termo da língua japonesa (com escrita no alfabeto silábico <i>hiragana</i>)
Reincidência (segundo crime)	再犯	(さいはん)

Nesta segunda parte, não há definições e explicações enciclopédicas sobre os termos, tendo em vista que já foram apresentadas na primeira parte. Além disso, também não há referência ao número da página ou do verbete correspondente.

Em suma, esse glossário inova ao reunir termos específicos da área criminal e ao apresentar verbetes com definições e informações mais amplas quanto ao contexto. Também é adequado o uso de termos jurídicos da língua portuguesa, já que transmitem melhor o significado equivalente do termo em japonês.

3. Questões acerca da elaboração de um glossário

Feita a apresentação e a análise dos três glossários jurídicos japonês-português no item anterior, passaremos agora à discussão de algumas questões acerca da elaboração de um glossário.

3.1. Público-leitor e objetivo de um glossário

O objetivo de um glossário pode ser atingir um público restrito ou um público amplo. Vimos que os glossários de 2011 e de 2013 visavam auxiliar os intérpretes e tradutores que atuam nos tribunais japoneses, mas o de Mori e Ninomiya (2000) não possui um público definido.

O fato de um glossário ter como público-alvo apenas leitores restritos garante uma maior segurança no cumprimento dos seus objetivos. Como os glossários de 2011 e 2013 tinham como objetivo atingir tradutores e intérpretes atuantes na área criminal, torna-se mais fácil realizar satisfatoriamente essa finalidade.

No entanto, ao possuir um público-alvo muito amplo, o glossário passa a ter a responsabilidade de englobar muitos termos de diversas áreas, o que pode ser uma tarefa árdua até a plena satisfação.

Como já há o glossário de Mori e Ninomiya (2000), cujo público-alvo e o objetivo são amplos, acreditamos que atualmente seria importante a elaboração de glossários voltados a estudos mais especializados, buscando uma maior profundidade nos estudos do Direito do Japão, do Brasil e de Portugal. Assim, como ainda há poucos estudos que aproximam esses sistemas jurídicos, acredita-se que a publicação de glossários de áreas específicas poderia contribuir muito para futuros estudos.

3.2. Conteúdo de um glossário: uso de explicações e termos jurídicos equivalentes

Como pudemos notar nos exemplos citados, alguns termos utilizados em um glossário podem ser de difícil entendimento. Para facilitar a compreensão do termo de uma determinada língua e pertencente a um determinado sistema jurídico estrangeiro, seria importante apresentar algumas informações enciclopédicas que possam auxiliar nessa tarefa. Isso se verificou nos glossários de 2011 e de 2013, nos quais pudemos observar que houve uma maior facilidade na compreensão dos termos jurídicos, principalmente para pessoas não especialistas em Direito.

No *Glossário e explicações de termos jurídicos utilizados nos tribunais em 15 línguas*, organizado por Tsuda (2013), há não apenas definições e informações enciclopédicas acerca dos termos da língua japonesa em uma linguagem acessível a pessoas não especialistas em Direito, mas também há uso de termos jurídicos equivalentes da língua portuguesa. Como os sistemas jurídicos português, brasileiro e japonês são basicamente originários do sistema romano-germânico, há muitas semelhanças entre eles, o que significa que há vários institutos jurídicos similares. Por isso, o uso de termos comuns às duas línguas não é impossível e pode facilitar ainda mais a compreensão do glossário.

Desse modo, consideramos que o uso de termos jurídicos, sempre que possível, facilita a compreensão do sistema jurídico estrangeiro para especialistas em Direito. Além disso, para tornar o glossário mais acessível a pessoas sem formação jurídica, como envolvidos nos processos (réu, vítimas, testemunhas, informantes, entre outros), seria de grande utilidade incluir informações enciclopédicas sobre os termos jurídicos.

3.3. Uso de uma ou mais línguas de mediação

Apesar de serem sistemas jurídicos semelhantes, há diferenças que podem atrapalhar na correta compreensão do sentido das palavras. Por isso, acreditamos que o uso de uma ou mais línguas poderia auxiliar na equivalência entre os termos jurídicos em japonês-português. Como termos jurídicos em línguas estrangeiras como o inglês, francês, italiano e alemão foram mais estudados no Japão e no Brasil, se compararmos com os estudos da língua portuguesa no Japão e da língua japonesa no Brasil e em Portugal, acreditamos que o uso de uma terceira língua no glossário possa contribuir para a intermediação dos estudos jurídicos do Japão, Brasil e Portugal.

3.4. Uso de remissivas nos verbetes

Como observado no glossário organizado por Tsuda (2013), o uso de remissivas facilita a compreensão pelo leitor de termos relacionados e ajuda a não confundir com termos semelhantes. Vejamos novamente o exemplo já mencionado:

<small>さいはん</small> 70 再犯	Reincidência (segundo crime)
Significa cometer, dentro de um período de cinco anos após sair da prisão, novo crime e ser condenado (CP, art. 56). Consultar também agravante de reincidência (segundo crime) e reincidência.	

Nessa remissiva, para melhor visualizar a qual termos o verbete está se referindo, seria mais adequado destacar as expressões “agravante de reincidência (segundo crime)” e “reincidência” com itálico ou aspas, pois correspondem às entradas do glossário.

Assim, o uso de remissivas na elaboração de um glossário pode ajudar a reunir as entradas de conteúdo relacionado.

3.5. Apresentação do glossário japonês-português: forma escrita e ordem das palavras

No caso de línguas como a japonesa que não são escritas em alfabeto romano, deve-se escolher uma forma de apresentação escrita das entradas para facilitar a utilização do glossário.

Como vimos nos exemplos, o uso da escrita japonesa em ideogramas não é a forma mais fácil para consultar um glossário. Como a leitura de ideogramas japoneses é considerada difícil (ainda mais em se tratando de termos técnicos do Direito), o uso da leitura no alfabeto silábico *hiragana* ou *katakana* para complementar a leitura dos ideogramas pode auxiliar aos leitores que não possuem total domínio da língua japonesa. Da mesma forma, o uso de transliteração para o alfabeto romano é também recomendado⁹, já que torna possível o acesso a pessoas que também não dominam os alfabetos japoneses *hiragana* e *katakana*.

Com relação à ordem de apresentação das entradas do glossário, no caso da língua japonesa, é comum ser feita de acordo com a ordem do alfabeto silábico *hiragana*. Esta consiste em ordenar as palavras seguindo a seguinte sequência básica “a”, “ka”, “sa”, “ta”, “na”, “ha” ou “ba” ou “pa”, “ma”, “ya”, “ra”, “wa”, “n”, ordenando cada uma dessas sequências básicas, exceto a última sílaba “n”, na ordem das vogais “a”, “i”, “u”, “e” e “o”. Essa ordem é a mais comum nos dicionários monolíngues da língua japonesa modernos, mas pode não ser a forma mais fácil de acesso ao glossário por

⁹ Existem diferentes sistemas de transliteração da língua japonesa, mas atualmente o mais utilizado é o chamado Sistema Hepburn. Tal sistema representa os sons da língua japonesa de acordo com a pronúncia na língua inglesa. Conforme o Dicionário Michaelis Japonês-Português (2003), a grafia desse sistema pode ser explicada da seguinte maneira, de acordo com a pronúncia na língua portuguesa.

-“r” pronuncia-se como consoante vibrante alveolar, como em “caro”, em português.

-“h” é pronunciado como aspirado, como em “hungry” em inglês. “e” e “o” são pronunciados com som fechado, como nas palavras “poema” e “onde”.

-“w” é uma semivogal e tem som equivalente ao “u” da palavra “mau”.

-“y” é uma semivogal e tem som equivalente ao “i” da palavra “mais”.

-“s” é pronunciado como sibilante, como “ss” e “ç” em português.

-“sh” tem som de “x” ou “ch”, como em “chá”.

-“ch” é pronunciado como “tch”, como em “tchau”.

-“j” tem som de “dj”, como em “adjetivo”.

-“ge” e “gi” pronunciam-se como “gue” e “gui”, respectivamente.

peças estrangeiras, cuja compreensão da língua japonesa pode não ser tão ampla. Por essa razão, acreditamos que o uso da ordem alfabética romana (a, b, c, d, e, f...), também utilizada pelos japoneses, poderia facilitar ainda mais as consultas a um glossário japonês-português.

4. Considerações finais

A partir da análise dos glossários de termos jurídicos japonês-português, pudemos refletir sobre diferentes formas de sua elaboração. Procuramos apontar pontos positivos e negativos de forma crítica, buscando alternativas para solucionar as questões levantadas. Como forma de solucioná-las, apontamos a ampliação da quantidade de entradas no glossário e inserção de definições e informações enciclopédicas sobre o uso do termo em determinado contexto.

Vimos que um glossário bilíngue tem o objetivo amplo de elucidar termos de línguas diferentes, facilitando a compreensão do seu significado. Para cumpri-lo satisfatoriamente, a sua elaboração deve ter como princípio básico o fácil acesso pelo público-leitor almejado. Desse modo, no caso específico de glossários de termos jurídicos, devido às possíveis dificuldades que podem surgir para a compreensão de dois sistemas distintos, a adição de definições e informações complementares aos termos pode contribuir para o cumprimento desse objetivo. Ademais, o uso de uma língua de mediação, como o inglês, pode facilitar ainda mais o entendimento dos dois sistemas jurídicos.

Com relação a línguas cuja escrita não é no alfabeto latino, deve-se ter o cuidado de tornar o glossário acessível a leitores que não as dominam plenamente. Em línguas como o japonês, cuja escrita é em ideogramas, é importante o uso de um sistema de transliteração para o alfabeto romano e, se possível, a organização dos termos na ordem desse alfabeto.

Vimos ainda que a elaboração de glossários jurídicos contribui para a integração de estudos da área e facilita o trabalho de tradutores e intérpretes

em diferentes contextos. Desse modo, não só glossários de abrangência ampla, que incluam termos utilizados em várias áreas do Direito, mas também glossários de termos de áreas específicas do Direito são formas que contribuem para esse objetivo. Por isso, é importante que outros glossários sejam elaborados, como é o caso do Direito Previdenciário.

Referências Bibliográficas

Livro de bolso de interpretação nas cortes de justiça - uma compilação de práticas (versão na língua portuguesa). Supervisão do Departamento Criminal do Escritório Geral da Suprema Corte do Japão. Tóquio: Hôsôkai, 2011.

MORI, S.; NINOMIYA, M. Glossário português-japonês de termos jurídicos. 1 ed. Tóquio: Yuhikaku, 2000.

RODRIGUES, J. Arte da lingua de lapam. TAGAO, D.; TAKESHI, M. (Org.). Tóquio: Benseisha, 1976.

TSUDA, M. (Org.). Glossário e explicações de termos jurídicos utilizados nos tribunais em 15 línguas. v. 3: Japonês, inglês, filipino, urdo, persa, russo, português e espanhol. Tóquio: Gendaijin Bunsha, 2013.

WAKISAKA, K. (Coord.). Michaelis: Dicionário prático japonês-português. São Paulo: Melhoramentos e Aliança Cultural Brasil-Japão, 2003.

Glossário bilíngue de termos de históricos escolares acadêmicos (português-alemão)

Karina Herrera Silva*

Tinka Reichmann**

Introdução

Desde o surgimento das primeiras profissões, as pessoas competentes em uma determinada área usam uma linguagem específica que se constitui de termos, estruturas e usos diferentes do comum, para se comunicarem entre si de forma clara e objetiva, evitando assim contradições e desentendimentos. Com o passar do tempo, o crescimento e a diversificação das áreas tecnológicas, especialmente nos últimos anos, acentuou ainda mais essa diferença entre linguagem comum e especializada, o que implicou num interesse maior em estudos voltados para essa área. Conforme Krieger e Finatto (2004), apesar disso, muitos textos de diversas especialidades ainda são pouco descritos.

A tradução de tais textos também é, muitas vezes, desvalorizada, segundo Azenha (2010), visto esta baseada na ideia de que a única característica de um texto de especialidade é a presença de termos específicos e, encontrando-se o similar na outra língua, acaba-se o problema. Observa-se, no entanto, que um texto de especialidade pode apresentar dificuldades tradutórias tão grandes quanto ou maiores que um texto literário. Arntz e Picht (1995) afirmam que em áreas como a jurídica e a da educação, os textos apresentam características, termos ou estruturas profundamente ligados ao sistema a que pertencem, o que exige, para uma

* Bacharela em Letras Modernas (Alemão / Português) - FFLCH-USP

** Professora de Tradução no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

tradução de qualidade, além de um ótimo conhecimento linguístico, um extenso domínio dos sistemas dos países envolvidos e escolhas conscientes.

Para que uma tradução tenha sucesso, o tradutor precisa estar familiarizado com as convenções de uso do gênero textual em questão, que podem ser diversas nas culturas de partida e de chegada em todos os níveis de descrição linguística¹ (GÖPFERICH, 1999, p. 184). Um exemplo disso é o problema levantado por Reichmann (2013) em seu artigo sobre o gênero “histórico escolar” em contraste com o “*Notenspiegel*”, gênero equivalente alemão, e a tradução português-alemão dos mesmos. De acordo com a autora, o que acontece é que, devido ao desconhecimento das regras e dos usos convencionais da língua alemã especificamente nesse tipo de texto, mesmo tendo um bom conhecimento linguístico, o aluno de graduação, que está se preparando para fazer intercâmbio na Alemanha, pode acabar produzindo uma tradução de baixa qualidade. Ela também chama a atenção para a necessidade de haver mais estudos contrastivos sobre esse tema e de se atualizar os materiais de consulta do vocabulário específico acadêmico.

A linguagem especializada do ensino superior faz parte do dia a dia de estudantes, professores, pesquisadores e funcionários das universidades e, como qualquer outra linguagem de especialidade, é algo tão diverso da linguagem comum que deve ser apresentada e explicada para novos ingressantes. Assim, muitas instituições disponibilizam material de fácil acesso, tais como glossários, para seu novo público.

Manuais, glossários ou listas monolíngues com informações acadêmicas, disponibilizados por algumas universidades, que explicam conceitos, processos e termos usados no contexto universitário poderiam ser úteis a tais alunos, pois facilitaria a compreensão do próprio sistema acadêmico e os ajudaria a encontrar o correspondente certo no outro idioma e sistema. Mas o problema de encontrar o correspondente no alemão persistiria. Existe apenas um dicionário bilíngue português-alemão de terminologia acadêmica, publicado antes da Reforma de Bolonha pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

¹ “[...], dass der Übersetzer mit den jeweils einschlägigen *Textsortenkonventionen* vertraut ist, die in Ausgangskultur und Zielkultur auf allen Sprachbeschreibungsebenen unterschiedlich sein können, [...]”

- DAAD (1995), mas que não apresenta termos como “crédito” ou “colação de grau”. A partir das pesquisas realizadas no âmbito de um trabalho de Iniciação Científica, não foi possível encontrar na USP um material tão completo que ajudasse de forma rápida e acessível a grande quantidade de alunos novos e estrangeiros e também pesquisadores e tradutores.

Tendo em vista tal problema, foi desenvolvido um trabalho, no âmbito de uma Iniciação Científica com bolsa do Programa Ensinar com Pesquisa, sob orientação da professora doutora Tinka Reichmann, na área de Língua e Literatura Alemã (FFLCH-USP), com o título “Terminologia do Ensino Superior: Literalidade e Idiomaticidade” (SILVA, 2014). A pesquisa teve como objetivo principal estudar contrastivamente a terminologia acadêmica presente em históricos escolares. Isso permitiu o início da elaboração de um glossário bilíngue, na direção português-alemão, disponível para uso por tradutores e pesquisadores da área e aberto a revisões e ampliações, que buscou contemplar as diferenças nesta área e oferecer um material de apoio qualificado para a tradução, que constituiu o resultado final do trabalho.

O glossário foi criado em uma única direção devido à extensão da pesquisa, mas com isso cumpre seu objetivo de dar início à elaboração do material, que precisa e aguarda complementação. Esta primeira versão, portanto, destina-se a alunos que tenham conhecimento intermediário de língua alemã e alunos alemães visitantes em universidades brasileiras, a fim de contribuir com a tradução de históricos do português para o alemão e com a compreensão do sistema de ensino superior brasileiro e a adaptação a ele por alunos alemães.

O glossário bilíngue do português para o alemão de termos do ensino superior foi elaborado a partir da análise de doze históricos escolares em língua portuguesa de diversas universidades brasileiras e uma portuguesa e de dez históricos de universidades alemãs. Foram utilizados como material de apoio: informações acadêmicas disponibilizadas pelas Universidades de São Paulo, do Porto e Federal do Acre, o dicionário do DAAD (DAAD, 1995), o dicionário Unilex (BLAŽEK et al., 2010) e dicionários monolíngues, tal como

Duden (DUDEN 2007), Langenscheidt (GÖTZ et al., 2008) e Aurélio (FERREIRA, 2009).

O glossário é composto por setenta e sete termos, dentre os quais dezenove são sinônimos de algum outro da lista. A primeira página presta-se a explicar a estrutura do verbete e apresenta símbolos específicos usados no glossário, tais como os usados para representar as informações gramaticais (“-es” para plural, por exemplo) ou identificar observações (✎).

Legenda:

- : sem plural/já é plural

-es: acrescenta-se um es ao final da palavra

-s: acrescenta-se um s ao final da palavra

≈ : igual

✎ : observação

⇒ : uso

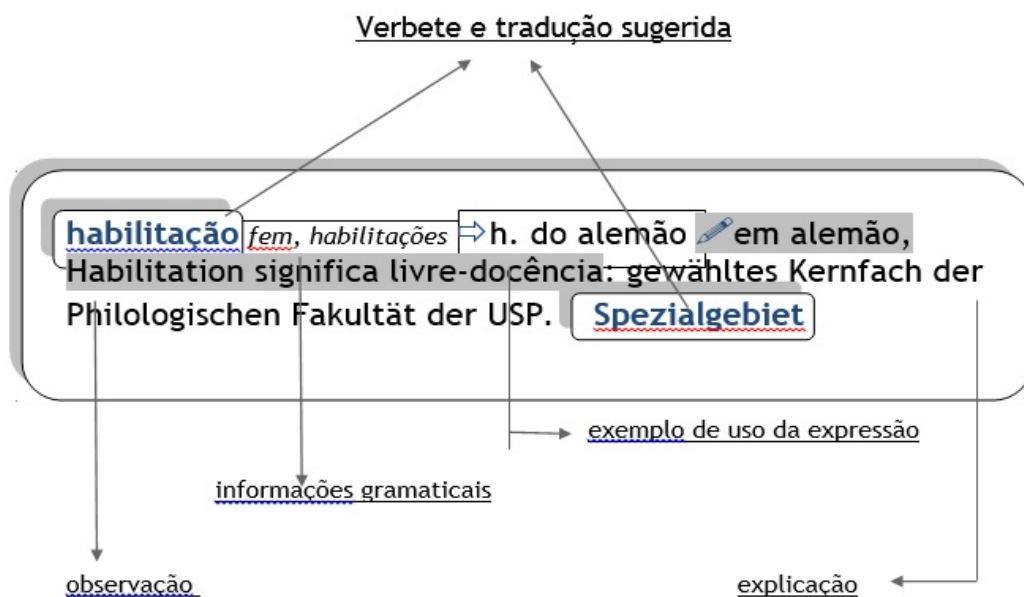
adj: adjetivo

fem: substantivo feminino

masc: substantivo masculino

v.: ver

ver:verbo



AACC (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) fem, AACC's (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais)

⇒ fazer/terminar as AACC's

akademische, wissenschaftliche und kulturelle Aktivitäten oder Veranstaltungen, die die Studierenden während des Studiums besuchen und als Studienleistung im brasilianischen Lehramt angerechnet werden.

Außercurriculare Aktivitäten für das Lehramt

adaptação curricular fem, adaptações -es


⇒ fazer/solicitar uma a.c.

Validierung von an einer fremden Hochschule erworbenen Leistungspunkten.

Anerkennung von Studienleistungen, anerkannte Leistung

aluno (aluna) masc (fem), -s

⇒ a. de graduação

 em alemão, Student designa apenas o aluno do ensino superior
jemand, der an einer Schule oder Hochschule, einem Kurs angemeldet ist.

Schüler, Student

 aluno ≈ estudante (im Schul- oder Hochschulkontext)

aprovado adj

⇒ ser a. numa matéria

der/die Studierende, der/die ein Modul/Fach mit einer ausreichenden Note abgeschlossen und die Lehrveranstaltungen regelmäßig besucht hat.

bestanden

aproveitamento de estudos masc, -s - -

⇒ solicitar a.e.

v. adaptação curricular


bacharelado masc, -s

⇒ fazer b. em Letras

in Brasilien meist acht- bis zehensemestriger Studiengang, der jemandem den ersten akademischen Grad verleiht.

(annähernd) brasilianischer Bachelorstudiengang, *Bacharelado*-Studiengang

campus masc, campi

⇒ c. da universidade  em alemão, não há plural "Gesamtanlage einer Hochschule" (Duden).

Campus

carga horária *fem, -s -s*

⇒c.h. da disciplina

die Anzahl der Stunden einer Lehrveranstaltung.

Stundenzahl

carga horária total *fem, -s -s totais*

⇒c.h.t. da disciplina

Gesamtstundenzahl

ciclo básico *masc, -s -s*

⇒concluir o c.b.

Einführungsmodule im Bereich der Sprach- und Literaturwissenschaft.

Einführungsjahr der Philologischen Abteilung

Propädeutikum der Philologischen Abteilung

coeficiente de rendimento *masc, -s - -*

⇒c.(d.r.) bom/ruim

Gesamtnote, die sich aus den Noten aller bisher besuchten Lehrveranstaltungen ergibt.

laufende Gesamtnote, gewichtete Gesamtnote

colação de grau *fem, colações - -*

1. ⇒fazer a/participar da c.g.

öffentliche, offizielle, feierliche Handlung einiger brasilianischer Hochschulen, an der die Absolventen den angestrebten akademischen Grad verliehen bekommen.

(feierliche) Verleihung des akademischen Grads

2. ⇒fazer/solicitar a c.g.

Verleihung eines Abschlusses/Titels

colar grau *ver*

⇒colei g. ano passado

aufgrund des erfolgreichen Besuchs aller Lehrveranstaltungen den angestrebten Abschluss/Titel erhalten.

den Abschluss/den Titel erhalten, verliehen bekommen

componente curricular *masc, -s -es*

⇒c.c. do curso

"Studieneinheit, die eine bestimmte Anzahl von thematisch eng zusammengehörenden und inhaltlich aufeinander abgestimmten Lehrveranstaltungen umfasst, die zum Erwerb einer bestimmten Kompetenz führen sollen" (Unilex).

Modul

componente optativo *masc, -s -s*

⇒fazer/escolher os c.o.

Lehrveranstaltung in einem Fach, das selbst gewählt werden kann.

Wahlfach oder Wahlpflichtfach

componente optativo livre *masc, -s -s -s*

⇒fazer/escolher os c.o.l.

"ein Fach, das im Rahmen eines Studiengangs frei gewählt werden kann" (Unilex). In diesem Fach ausgewählte Lehrveranstaltung.

(freies) Wahlfach

conceito *masc, -s*

Feld auf dem Notenspiegel, das zeigt, ob der/die Studierende bestanden hat oder nicht, angemeldet ist oder die Lehrveranstaltung zurückgestellt hat.

Vermerk

crédito *masc, -s*

⇒c. de optativa: Maßeinheit für die Berechnung der geforderten Studienleistungen.

Leistungspunkt, Kreditpunkt, Credit Point

crédito-aula *masc, -s -*

⇒c.-a. da optativa

durch den erfolgreichen Besuch der Lehrveranstaltung erworbener Leistungspunkt.

in Lehrveranstaltungen erworbener Leistungspunkt

crédito-trabalho *masc, -s -*

⇒c.-t. da disciplina

durch Hausarbeiten, Praktika, Lektüren bzw. Feldforschungen erworbener Leistungspunkt.

durch Aktivitäten außerhalb der Lehrveranstaltung erworbener Leistungspunkt

currículo *masc, -s*

⇒c. do curso de Letras

"vorgeschriebener Studienverlauf in seiner inhaltlichen und organisatorischen Ausgestaltung" (Unilex).

Curriculum

cursado *adj*

⇒matéria cursada

alle für eine Lehrveranstaltung erforderlichen Leistungen erreichend.

abgeschlossen, erfolgreich besucht

cursando

⇒c. uma disciplina
laufend

CURSO *masc, -s*

⇒c. de Letras
"Studium in einem Fach oder in mehreren Fächern, das zu einem bestimmten berufsqualifizierenden Studienabschluss führt" (Unilex).
Studiengang

curso em andamento

v. cursando

disciplina

v. componente curricular

disciplinas cursadas no exterior *fem, -*

⇒validar as d.c.e.
an einer ausländischen Hochschule erworbene Studienleistungen.
Auslandsstudium

dispensa *fem, -s*

⇒obter a d. para a disciplina
die Erlaubnis, eine Lehrveranstaltung nicht zu besuchen, weil man sie bereits an einer anderen Hochschule besucht hat.
Freistellung

ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System) *masc, -*

⇒créditos E.
"Verfahren, mit dessen Hilfe innerhalb der Hochschulen der EU mit Kreditpunkten honorierte Studienleistungen gegenseitig verrechnet werden" (Unilex).
ECTS

ênfase *fem, -s*

⇒curso com ê. em algo
"dasjenige Fach, das innerhalb eines aus mehreren Fächern bestehenden Bachelorstudiengangs oder Masterstudiengangs schwerpunktmäßig studiert wird und gegenüber dem Begleitfach bzw. den Begleitfächern den größten Teil des Studiums ausmacht" (Unilex).
Kernfach, Hauptfach

escola *fem, -s*

⇒E. Politécnica
v. faculdade (2), v. instituto

estudante *masc/fem, -s*

⇒ e. do curso/de engenharia
v. aluno

faculdade *fem, -s*

1. ⇒ fazer f. de engenharia
"eine Gruppe zusammengehörender Wissenschaften oder Wissenschaftsgebiete umfassende Abteilung als Lehr- und Verwaltungseinheit einer Universität" (Duden).
2. ⇒ paredes da faculdade
"Gebäude, Räumlichkeiten als Sitz einer Fakultät" (Duden).
Fakultät

frequência *fem, -s*

⇒ 70% de f.
"das Zugewesen" (Duden).
Anwesenheit

graduação *fem, graduações*

⇒ g. em Letras
wissenschaftliche Ausbildung, durch die man den ersten akademischen Grad erhält.
grundständiges Studium

habilitação *fem, habilitações*

⇒ h. do alemão
✍ em alemão, Habilitation significa livre-docência
gewähltes Kernfach der Philologischen Abteilung der USP.
Spezialgebiet, Bereich

histórico escolar *fem, -s -es*

⇒ imprimir/solicitar o h.e.
1. Ausdruck oder einfache Bescheinigung über erbrachte Studien- und Prüfungsleistungen.
Notenspiegel, Transcript of Records, Datenabschrift
2. amtliches Dokument der Fakultät/des Instituts mit der Übersicht der erbrachten Prüfungs- und Studienleistungen.
Leistungsnachweis

ingresso *masc, -s*

⇒ i. numa universidade
das Gewähren der Mitgliedschaft, das Bieten eines Platzes (Duden).
Aufnahme, Zugang

integral *adj*

⇒fazer curso i.

"ein Studium, das im Gegensatz zu einem Teilzeitstudium in den dafür eingerichteten Studiengängen keine Zeit für eine gleichzeitig ausgeübte berufliche Tätigkeit lässt" (Unilex).
Vollzeitstudium

integralização (curricular) *masc, integralizações (-es)*

bisher erbrachte Studienleistungen

integralizado *adj*

⇒carga horária total integralizada

bisher erbracht

instituto *masc, -s*

⇒i. de/para

"zentrale oder einer Fakultät bzw. einem Fachbereich zugeordnete Lehr- und/oder Forschungseinrichtung" (Unilex).
Institut

Letras *fem, -*

⇒faculdade de L., departamento de L., estudar L.

"Wissenschaft, die sich mit der Erforschung von Texten in einer bestimmten Sprache beschäftigt; Sprach- und Literaturwissenschaft" (Duden).

Philologie

licenciatura *fem, -s*

⇒cursar a l. em matemática

akademische Ausbildung, die dazu befähigt, ab der fünften Klasse (Sekundarstufe) einer brasilianischen Schule zu unterrichten.

Lehramt für die brasilianische Sekundarstufe

licenciatura plena *fem, -s -s*

⇒ l.p. em matemática

akademische Ausbildung, die dazu befähigt, ab der ersten Klasse (Primar- und Sekundarstufe) einer brasilianischen Schule zu unterrichten.

Lehramt für brasilianische Schulen

matéria *fem, -s*

⇒fazer/matricular-se em/terminar uma m.

v. componente curricular

matrícula *fem, -s*

1. ⇒ meu número de m.

"die Nummer, unter der ein Studierender bzw. eine Studierende in die Matrikel der Hochschule aufgenommen wird" (Unilex).

Matrikelnummer, Immatrikulationsnummer

2. ⇒ fazer a m.

"Verzeichnis der an der Hochschule immatrikulierten Studierenden" (Unilex).

Matrikel**matriculado** *adj*

⇒ estar m. em

1. in die Matrikel einer Hochschule aufgenommen.

immatrikuliert

2. "die Teilnahme an etwas, den Eintritt in etwas, den Besuch bei jemandem vormerken lassen" (Duden).

angemeldet, eingeschrieben**matricula institucional** *fem, -s institucionais*

⇒ fazer a m.i.

"Einschreibung an einer Hochschule, Eintragung in die Matrikel" (Duden).

Immatrikulation**média** *fem, -s*

⇒ m. da disciplina

Note, die sich aus den Noten einzelner Prüfungen ergibt.

Durchschnittsnote**média ponderada**

v. coeficiente de rendimento

média suja *fem, -s -s*

⇒ m.s. do aluno

Note, die sich aus den Noten aller bisher besuchten Lehrveranstaltungen ergibt, einschließlich der nicht bestandenen.

Gesamtdurchschnittsnote**nota** *fem, -s*

⇒ n. de/em

"in einer Ziffer, einem Wort od. einer Punktzahl ausgedrückte Bewertung einer schulischen Leistung" (Duden).

Note

optativa eletiva *fem, -s -s*

⇒fazer/escolher uma o.e.

"Fach, das im Rahmen eines Studiengangs aus einem festgelegten Katalog gewählt werden muss" (Unilex). In diesem Fach ausgewählte Lehrveranstaltung.

Wahlpflichtfach

optativa livre *fem, -s -s*

⇒matricular-se na o.l.

v. componente optativo livre

período (letivo) *masc, -s*

⇒estar no 3° p.

"Studienhalbjahr an einer Hochschule" (Unilex).

Semester

presencial *adj*

⇒curso p. de Licenciatura

"ein Studium, bei dem persönliche Anwesenheit in der Hochschule erforderlich ist" (Unilex).

Direktstudium

programa *masc, -s*

⇒p. 1/segundo p.

Feld auf dem Notenspiegel der USP, das Informationen über die Aufnahme des/der Studierenden zeigt.

Zugang

registro acadêmico *masc, -s -s*

⇒r.a. do aluno

v. matrícula (1)

reprovado por faltas *adj*

⇒ ser r.p.f. na matéria

Nichtbestehen einer Lehrveranstaltung wegen nicht ausreichender Anwesenheit.

(wegen nicht ausreichender Anwesenheit) nicht bestanden

reprovado por frequência *adj*

⇒ ser r.p.f. na matéria

v. reprovado por faltas

reprovado por nota *adj*

⇒ ser r.p.n. na matéria

Nichtbestehen einer Lehrveranstaltung wegen nicht ausreichender Note.

(wegen nicht ausreichender Note) nicht bestanden

resultado *masc, -s*
v. conceito

resumo escolar *masc, -s -es*
⇒ r.e. do aluno/de Letras
✍ nesta pesquisa, termo encontrado somente na USP
v. histórico escolar (1)

situação *fem, situações*
v. conceito

situação acadêmica *fem, situações -s*
Feld auf dem Notenspiegel, das zeigt, ob der/die Studierende im laufenden Semester regulär eingeschrieben ist.
Status

situação atual *fem, situações atuais*
v. situação acadêmica

situação no curso *fem, situações - -*
v. situação acadêmica

status *masc, -*
v. situação acadêmica

trabalho de conclusão de curso (TCC) *masc, -s - - - -*
⇒ escrever/terminar o TCC
schriftliche Arbeit, die ein/e Studierende/r am Ende des Studiums anfertigt. Mit Betreuung.
betreute Abschlussarbeit

trancado *adj*
1. ⇒ matéria trancada
zurückgestellt (das Modul/die Lehrveranstaltung zurückstellen).
zurückgestellt
2. ⇒ semestre trancado
beurlaubt (für ein/zwei/... Semester beurlaubt sein).
beurlaubt

trancamento parcial *masc, -s parciais*
⇒ fazer o t.p. da disciplina
Die Unterbrechung aller zu einem Modul/einer Lehrveranstaltung gehörenden Tätigkeiten.
Zurückstellung

trancamento total *masc, -s totais*

⇒ fazer o t.t. do semestre

"auf Antrag gewährte zeitweilige Unterbrechung des Studiums aus familiären, finanziellen oder sonstigen wichtigen Gründen. Die Zeit, in der man beurlaubt ist, wird nicht auf die Studiendauer angerechnet" (Unilex).

Beurlaubung

transcrição de registros *fem, transcrições - -*

⇒ enviar/solicitar a t.d.r.

v. histórico escolar

turma *fem, -s*

⇒ matricular-se na t.

Feld auf dem Notenspiegel, in dem der Code für die Gruppe/die Uhrzeit der Lehrveranstaltung angegeben ist.

Code

unidade *fem, -s*

⇒ u. da USP

v. faculdade (2), v. instituto

unidade curricular *fem, -s -es*

⇒ u.c. do curso

v. componente curricular

vestibular *masc, -es*

⇒ prestar/passar no v.

Aufnahme- oder Zulassungsprüfung an brasilianischen Hochschulen.

Aufnahmeprüfung an einer Hochschule/Universität

Referências Bibliográficas

ARNTZ, R.; PICHT, N. Introducción a la terminología. Tradução de A. de Irazazabal et al. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995

AZENHA JR, J. Transferência cultural em tradução: contextualização, desdobramentos, desafios. TradTerm, São Paulo, v. 16, p. 37-66, 2010.

BŁAŻEK, A.; RAPTI, A.; SCHAEDEER, B. Unilex: Universitätswörterbuch Deutsch-Polnisch. Ein Leitfaden zur studentischen Mobilität. Varsóvia: Fundacja Rozwoju Systemu Edukacji, 2010. Disponível em: <http://www.erasmus.org.pl/sites/erasmus.org.pl/files/publikacje/Unilex.%20S%C5%82ownik%20uniwersytecki%20niemiecko-polski.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

DAAD - Deutscher Akademischer Austauschdienst (Org.). Wörterbuch Deutsch-Portugiesisch. Begriffe aus Wissenschaft und Hochschule. Bonn: Köllen, 1995.

DUDEN. Deutsches Universalwörterbuch. Mannheim: Bibliographisches Institut, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

GÖPFERICH, S. Paralleltexzte. In: SNELL-HORNVY, M.; HÖNIG, H. G.; KUßMAUL, P.; SCGMITT, P. A. (Orgs.) Handbuch Translation. Tübingen: Stauffenburg, 1999. p. 185-186.

GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. Langenscheidt. Großwörterbuch. Deutsch als Fremdsprache. Berlin: Langenscheidt, 2008.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. Introdução à terminologia: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

REICHMANN, T. Die Textsorte Notenspiegel im Hochschulkontext: didaktische Anregungen für den Übersetzungsunterricht deutsch/portugiesisch. In: FANDRYCH, C.; TORRES, A.; HEIDERMANN, W.; PLESS, U.; TSCHIRNER, E. (Orgs.). Text, Diskurs und Translation im Wandel. Tübingen: Stauffenburg, 2013. p. 101-110.

SILVA, K. H. Terminologia do Ensino Superior. Literalidade e idiomática. Relatório final de Iniciação Científica (Universidade de São Paulo). Manuscrito não publicado. 2014.

Universidade de São Paulo - Informações Acadêmicas, Sistema JúpiterWeb. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/grdInformacoesAcademicas.jsp?codmnu=2212>. Acesso em: 19 set. 2013.

Universidade do Porto - Glossário Acadêmico. Disponível em: http://sigarra.up.pt/fbaup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1388979041/Glossario_Academico_UPorto.pdf. Acesso em: 19 set. 2013.

Universidade Federal do Acre - Linguagem Acadêmica. Disponível em: <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/nurca/linguagem-academica-1>. Acesso em: 19 set. 2013.

L'elaborazione di un glossario sulla Green Economy: dalla didattizzazione alla pratica

Patrizia Guasco*

Il presente contributo si propone di esaminare le fasi di elaborazione di un glossario sulla *Green Economy*, frutto del lavoro svolto all'interno di un ciclo di esercitazioni facenti parte del Corso di Perfezionamento in "Terminologie specialistiche e servizi di traduzione" (V^a edizione, febbraio-maggio 2012¹), partendo dalla didattica della metodologia per giungere infine alla pratica terminologica vera e propria.

Nella prima parte, dopo un breve accenno alla descrizione del settore della *Green Economy* e alle motivazioni che hanno condotto alla scelta di tale tematica, affronteremo in modo piuttosto dettagliato le tappe formative che hanno portato alla costituzione del glossario, articolate attorno ad alcuni elementi chiave quali: la metodologia di lavoro (come si fa un glossario), la ricerca della documentazione (scelta delle fonti), la mappatura concettuale, l'analisi terminologica (scelta delle unità terminologiche), la scheda e la definizione terminologica.

Presenteremo in un secondo tempo una serie di schede ritenute fra le più significative del glossario che è stato successivamente completato attraverso l'aggiunta della lingua francese oltre a quella tedesca e inglese

* Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano

¹ Si tratta di un corso promosso dalla Facoltà di Scienze Linguistiche e Letterature Straniere dell'Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano, diretto dalla prof.ssa Maria Teresa Zanola.

già trattate dai corsisti, ora consultabile nel sito dell'Osservatorio di Terminologie e Politiche linguistiche.²

1. Perché la *Green Economy*?

Il settore della *Green Economy* è un tema in grado di suscitare un'attenzione sempre maggiore all'interno dell'odierna società civile. Dal rapporto Brundtland "Our Common future", nel quale si istituzionalizzava il concetto di "sviluppo sostenibile", discende l'idea di *Green Economy*. Con il termine "sviluppo sostenibile" si intende quel "livello di sviluppo economico in grado di assicurare il soddisfacimento dei bisogni della generazione presente senza compromettere la possibilità delle generazioni future di realizzare i propri [...]"³. Il rapporto Brundtland sottolinea inoltre la necessità che tale concetto non rimanga una nozione a livello teorico ma che si traduca in un cambiamento radicale della concezione dell'economia, che investa ciascun settore della società e apra così la strada a nuovi modelli di sviluppo.⁴

L'OCSE (Organizzazione per la Cooperazione e lo Sviluppo Economico) non parla propriamente di economia verde bensì di "crescita verde", quale strumento per la realizzazione dello sviluppo sostenibile, precisando che

la crescita verde non è stata concepita in sostituzione dello sviluppo sostenibile, ma dovrebbe piuttosto essere considerata quale un sottoinsieme dello stesso. [...] Il suo punto focale è la promozione delle condizioni necessarie a favorire l'innovazione, gli investimenti e la concorrenza che possano creare un terreno fertile per la nascita di nuove fonti di crescita economica compatibile con ecosistemi resilienti. Le strategie di crescita verde devono tenere particolarmente conto di numerose problematiche sociali e preoccupazioni relative

² http://centridiricerca.unicatt.it/ossterpoli_Glossario_Green_Economy.pdf.

³ Cfr. <http://www.treccani.it/enciclopedia/sviluppo-sostenibile/>.

⁴ Cfr. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, 28.05.1987, <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>.

all'equità che potrebbero essere sollevate da un'economia più "verde", tanto su scale nazionale quanto internazionale.⁵

Le varie fonti che sono state analizzate per l'elaborazione del glossario fanno emergere tuttavia una certa confusione in merito alla definizione esatta di *Green Economy*. Particolarmente attendibili ci sono parse le concezioni di economia verde provenienti da due fonti autorevoli: l'UNEP (United Nations Environment Programme) e l'Unione Europea. La prima definisce la *Green Economy* come quell'economia che aumenta il benessere degli esseri umani e favorisce l'uguaglianza sociale, minimizzando i rischi ambientali, riducendo le emissioni di carbonio e ricorrendo ad un efficiente impiego delle risorse.⁶ L'Unione Europea descrive l'economia verde quale economia che incentiva la prosperità, preservando nello stesso tempo il sistema naturale in cui viviamo, e si impegna a promuovere la *Green Economy* come dimostra l'adozione della Strategia Europa 2020.

Considerato dal punto di vista nazionale, tale concetto esisteva già in qualche modo negli anni '70 del secolo scorso; il prof. Gerelli dell'Università di Pavia è stato infatti uno dei primi in Italia a interessarsi del tema ambientale dal punto di vista economico, studiando e sviluppando la nozione di economia ambientale. La preoccupazione per l'ambiente al giorno d'oggi è andata intensificandosi, sino a divenire con il passare degli anni uno dei temi più urgenti, che ha finito per trovare spazio negli ambiti più disparati della nostra società civile. La *Green Economy*, che altro non è che la forma moderna della "vecchia" economia ambientale, va acquistando un peso sempre maggiore anche nel panorama italiano. L'economia verde all'italiana si pone quindi come "una nuova economia più sostenibile ma ugualmente capace di sostenere crescita e occupazione" (MAGRINI, 2012, p. 1).

⁵ Cfr. OECD Multilingual Summary, *Verso la crescita verde. Sintesi in italiano*, 2011, <http://www.oecd.org/greengrowth/47989369.pdf>.

⁶ Cfr. *What is the Green Economy*, <http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx>.

2. La costruzione del glossario: fase teorica

La terminologia, a detta di Cabré, sta alla base della rappresentazione e della strutturazione della conoscenza, giacché i termini rappresentano i concetti e questi rappresentano le classi di oggetti della realtà (cf. CABRÉ, 1993, p. 392). Si tratta quindi di un canale per trasferire la conoscenza all'interno di una lingua di specialità attraverso la sistematizzazione dei concetti. Per dirla con Pavel,⁷ l'obiettivo principale del lavoro terminologico è la trasmissione della conoscenza e l'attestazione degli usi terminologici degli specialisti. Per portarlo a termine, la ricerca terminologica deve riuscire a descrivere l'acquisizione e l'organizzazione di tale conoscenza.

Un glossario rappresenta una raccolta di termini, semplici e composti (unità terminologiche e unità sintagmatiche), che si riferiscono a un settore specifico della conoscenza. Esso esaurisce da una parte l'esigenza di denominazione all'interno di un determinato settore e dall'altra la divulgazione del sapere specialistico. Vari sono i motivi per cui un glossario può venire stilato: la necessità di istituzionalizzare il linguaggio all'interno di un'azienda o di un'organizzazione, l'esigenza di rendere accessibile un determinato settore della conoscenza a un pubblico di non specialisti, l'intenzione di fissare i termini di un dominio in forma di censimento in un certo periodo storico.

I professionisti stessi del settore si rendono conto dell'importanza della terminologia nella comunicazione, e la diffusione dei glossari - forma ampia ad indicare una raccolta di termini chiave - diventa l'occasione di una comunicazione non più tra esperti, ma aperta alla divulgazione dei contenuti oggetto di interesse per capire le azioni dell'istituzione [...], per assicurare chi si accosta per la prima volta a queste conoscenze della correttezza dell'informazione (ZANOLA, 2012, p. 7).

È opportuno inoltre ricordare che un glossario “nasce da una realtà osservata in una determinata *tranche* sincronica - un glossario del 1960 non

⁷ <http://www.bt-tb.tpsgc-pwpsc.gc.ca/btb.php?lang=fra&cont=308>.

sarà lo stesso sessant'anni dopo, ma anche solo dieci, vent'anni dopo, a seconda dell'ambito tecnico e scientifico osservato [...]” (ZANOLA, 2012, p. 7).

2.1 Metodologia di lavoro

Le esercitazioni di terminologia che si sono svolte nell'ambito del Corso di Perfezionamento citato sopra, si sono articolate nell'arco di quattro mesi, a cadenza di un incontro in presenza al mese, e sono state completate da lavori di gruppo svolti a distanza di cui mi era stata affidata la supervisione. L'obiettivo finale era la realizzazione di un glossario monolingue con equivalenti in lingua inglese e tedesca sulla tematica della *Green Economy*. Il destinatario finale di tale raccolta di termini è stato identificato con un pubblico di non specialisti.

L'individuazione della tematica e l'identificazione del destinatario finale sono senz'altro due elementi chiave da cui deve partire l'impostazione di qualsiasi lavoro terminologico. Solo in questo modo si potrà comprendere quale funzione esso dovrà svolgere, in quale modalità dovrà essere presentato e sarà quindi possibile compiere un'adeguata ricerca terminologica e un'adeguata selezione dei termini da prendere in considerazione. A questo proposito, M. T. Zanola rileva chesi è molto parlato delle fasi di preparazione di un glossario, ma forse molto meno ci si è resi conto di quanto sia importante sapere chi siano i destinatari del lavoro terminologico. Questo fa capire la diversità dei glossari, dei tesauri, delle banche dati tra loro, che non solo divergono per quantità di dati raccolti, ma per una lettura della realtà specialistica descritta sulla base del corpus di partenza analizzato e da cui i termini sono estratti, e in funzione delle finalità comunicative che intende raggiungere, ossia in funzione dell'utente finale (ZANOLA, 2012, p. 8).

La prima fase affrontata con i corsisti⁸ contemplava la presentazione delle varie tappe che costituiscono la metodologia di lavoro, ovvero: la definizione degli obiettivi della ricerca terminologica (tematica, bisogni del destinatario finale, estensione del glossario) di cui abbiamo detto sopra; l'iniziazione al dominio oggetto di studio (vale a dire la scelta delle diverse tipologie di materiale); la scelta della documentazione e la relativa costituzione di un corpus; la costituzione di un albero di dominio; l'individuazione delle unità terminologiche (o stesura della nomenclatura) per identificare i termini oggetto della ricerca tematica da registrare in una fase successiva nelle schede terminologiche; l'individuazione degli equivalenti nelle altre lingue.

2.2 Ricerca delle fonti

Una delle fasi che merita maggiore attenzione all'interno del lavoro da compiere per realizzare un glossario è sicuramente quella della selezione dei documenti di riferimento (o scelta della documentazione specialistica) da cui poter estrarre, in seguito all'analisi terminologica, la terminologia relativa. In questa fase del lavoro, erano stati forniti ai corsisti dei criteri per la selezione della documentazione pertinente che rimandano in buona parte a quanto indicato da Robert Dubuc e Maria Teresa Cabré nelle loro rispettive opere (CABRÉ, op. cit.; DUBUC, 2002). Fra questi ricordiamo: l'importanza di selezionare documenti in lingua originale, evitando pertanto il più possibile le traduzioni, in modo da avere a disposizione la terminologia autentica e confermata dall'uso; la necessità di scegliere documenti di recente pubblicazione; l'interesse di prestare attenzione alla qualità della redazione della documentazione selezionata; la necessità di considerare l'autorevolezza dell'autore da un lato e la rappresentatività dell'opera dall'altro; l'importanza di consultare specialisti autorevoli del settore e documentalisti. Questa fase risulta

⁸ I corsisti, in totale 12, erano studenti in possesso della Laurea breve in Lingue e Letterature Straniere e alcuni di loro al momento della frequentazione del corso erano in fase finale del percorso di Laurea Magistrale (classe LM-37, curriculum in Lingue e Terminologie).

essere particolarmente significativa per ottenere innanzitutto una reale e approfondita conoscenza della materia trattata, permettendo poi di capire e circoscrivere l'argomento oggetto di analisi.

Come ci ricorda Dubuc (op. cit., p. 153), in questa prima fase del lavoro, la qualità della documentazione è nettamente più importante della quantità. L'efficacia del lavoro del terminologo dipende sempre dalla qualità e dalla rappresentatività della documentazione specialistica scelta. Da questa infatti deriverà la stesura di una buona nomenclatura terminologica. Se il lavoro di scelta e selezione della documentazione viene fatto in modo accurato, questo faciliterà il lavoro successivo di spoglio ed estrazione terminologica, dal momento che le unità terminologiche formano parte dei linguaggi di specialità e, i testi di specialità, elaborati da specialisti e destinati a trasmettere un sapere specialistico, costituiscono il loro "habitat" naturale (cf. CABRÉ, op. cit., p. 226).

In questa prima fase è importante inoltre suddividere e organizzare le fonti; il criterio che è stato indicato ai corsisti è il seguente: fonti primarie o di base e fonti secondarie o di controllo⁹. Le fonti primarie, costituite principalmente da enciclopedie, manuali tecnici e universitari, monografie, trattati, atti di congresso, conferenze o dibattiti, periodici specializzati o divulgativi di alto profilo, guide, norme tecniche pubblicate da organismi di formazione (quali per esempio AFNOR, ISO, UNI), documenti interni di aziende, enti, organismi, siti e portali Internet, sono quelle in cui troviamo una terminologia "in atto". In quelle secondarie, rappresentate da dizionari e vocabolari monolingue generali e specialistici, opere terminologiche monolingui, bilingui o multilingui, si troverebbe invece una terminologia "fissata" o standardizzata¹⁰.

A questo proposito, è stato fornito ai corsisti un modello di scheda per la catalogazione delle fonti:

⁹ La terminologia è di Dubuc.

¹⁰ La terminologia è ancora di Dubuc.

TIPO DI FONTE	TIPO DI DOCUMENTO	AUTORE E TITOLO	ENTE O ISTITUZIONE	DATA
Primaria o secondaria	In base al tipo di fonte	Indicare nome e cognome autore/i	Indicare per es. se si tratta di un'università, un ente di ricerca, ecc.	Di pubblicazione (se opera cartacea), di consultazione (se sito web)

Figura 1: scheda per la catalogazione delle fonti

Le fonti che sono state consultate dai corsisti provengono maggiormente da Internet. Anche le opere terminologiche di riferimento utilizzate sono state reperite dal web, dove è possibile accedere per esempio a edizioni o versioni più aggiornate di dizionari rispetto a quelle cartacee.¹¹

2.3 Mappatura concettuale

Una fase che ha sicuramente costituito una delle principali difficoltà nel lavoro di realizzazione del glossario è stata quella della mappatura o strutturazione concettuale del campo. Scopo della mappatura concettuale è la delimitazione del dominio principale e degli eventuali sottodomini. Una buona conoscenza dei contenuti della tematica del lavoro terminologico, e del suo sistema concettuale, devono permettere la strutturazione del campo concettuale o tematico di una determinata disciplina o settore di attività. Come ci ricorda Cabré (op. cit., p. 99), è importante quindi che il terminologo dedichi il tempo necessario per delimitare il campo nozionale dell'area tematica in questione; quanto più dettagliata e rigorosa sarà

¹¹ Per quanto riguarda il materiale analizzato in lingua italiana, si è attento principalmente da articoli di riviste specializzate come *Micron*, rivista di informazione di Arpa (Agenzia Regionale per la Protezione Ambientale) o da articoli e contributi elaborati da diversi autori ma resi consultabili al sito di ENEA (Agenzia nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile). Per quanto concerne i testi in lingua inglese, si sono esaminati documenti reperibili sui siti web di istituzioni e organizzazioni internazionali come OCSE, ONU, UNEP e UE. Per il materiale relativo alla *Green Economy* in area tedesca, si sono presi in considerazione testi provenienti da istituzioni private quali la FES o il FONA, da istituzioni pubbliche come la Camera di Commercio tedesca oppure il Ministero dell'Ambiente.

questa fase, tanto più verranno facilitate quelle successive, ovvero il lavoro sui termini.

Inizialmente ad ogni gruppo era stato chiesto di elaborare un proprio modello di riferimento che delineasse i principali domini e gli eventuali sottodomini, tenendo conto del fattore “estensione” del glossario stabilito a monte, ovvero un glossario rivolto a un pubblico di non specialisti contenente un numero massimo di 80 termini.¹² Un esempio di mappa concettuale fornita da uno dei sei gruppi di lavoro è il seguente:



Figura 2: esempio di mappa concettuale

Lo schema concettuale finale è stato poi limitato a soli tre domini - “economia”, “tecnologia” e “ambiente” - suddivisi a loro volti in sottodomini. L’identificazione di questi ultimi è stata fonte di difficoltà da parte dei corsisti, ma alla fine si è concordato di considerare “società” e “politica ambientale” come sottodomini di “economia” ed “edilizia sostenibile” come sottodominio di “tecnologia”. Tale suddivisione, che

¹² Il nostro caso si avvicina a quello che Dubuc chiama “recherche ponctuelle” e Cabré, “trabajo puntual monolingüe”, in contrapposizione a un tipo di ricerca detta “sistemática” o “thématique” che abbraccia, invece, i termini di tutta un’area o sottoarea di specialità.

resta comunque piuttosto generale, è stata fatta in considerazione degli utenti finali, ovvero non specialisti del settore; si è ritenuto quindi che le aree indicate sopra potessero essere quelle di maggiore interesse per un pubblico di questo tipo.

2.4 Analisi terminológica

La fase successiva, non meno difficoltosa della precedente, è stata quella dell'individuazione delle unità terminologiche/sintagmatiche ovvero la stesura della nomenclatura. Scopo di questa fase è l'elaborazione della lista di termini dell'area tematica delimitata previamente, attraverso lo spoglio dei testi del corpus, per poi inserirli, una volta estratti, nelle apposite schede terminologiche. A questo proposito, ai corsisti era stata fornita una sorta di scheda intermedia dove poter inserire le informazioni principali relative ai termini candidati:

UT O US	CONTESTO	FONTE	INDICAZIONE GRUPPO
Così come figura nel testo, con iniziale minuscola	Segmento di testo in cui è stata trovata l'UT o l'US, deve essere di tipo definitorio, ovvero deve apportare informazioni sul contenuto del termine	Documento di riferimento con data di pubblicazione cartacea o di consultazione sito web	

Figura 3: esempio di scheda intermedia o di lavoro

In questa tappa del lavoro, è stato necessario fare una premessa teorica per guidare i corsisti nella corretta identificazione dei termini, in modo tale che ogni unità terminologica da essi identificata potesse trovare la propria collocazione all'interno dell'albero di dominio precedentemente individuato, pena la non pertinenza del termine.

Un termine, a detta di Cabré, è preciso se trasmette il concetto senza ambiguità, è reale se viene utilizzato effettivamente dagli utenti (specialisti) ed è di qualità o idoneo in base alla frequenza d'uso (occorrenze) e al grado di consenso presso i veri utenti (CABRÉ, op. cit., p. 265). La procedura che è stata suggerita ai corsisti si basava quindi su due criteri fondamentali: (1) la localizzazione dei termini nei testi del corpus e la delimitazione del segmento che li rappresenta; (2) la determinazione della pertinenza per il lavoro.

Sono state inoltre fornite delle linee guida per l'identificazione e la delimitazione delle unità terminologiche, quali per esempio la tipica struttura fissa e rigida del sintagma terminologico contro quella più libera del sintagma libero; la possibilità che l'unità terminologica possa essere sostituita da un sinonimo e posseda un antonimo, cosa che invece non accade con i sintagmi liberi; la frequenza di apparizione, quindi l'elevata occorrenza all'interno dei testi specialistici.

Ogni gruppo ha poi provveduto a riportare i termini che aveva proposto e che erano stati approvati all'interno delle schede terminologiche intermedie in cui figuravano il contesto e la fonte (cfr. sopra), completate in un secondo momento con ulteriori campi e inserite successivamente nel glossario finale secondo l'ordine alfabetico.

Particolare importanza è stata data al campo del contesto, elemento che nella scheda terminologica attesta la presenza di un termine in un testo, privilegiando nella fattispecie i contesti di tipo definitorio, dal momento che in essi sono contenuti quegli elementi rivelatori della nozione che sta dietro all'unità terminologica, chiamati in gergo "descrittori" o detti anche "caratteristiche essenziali", in quanto sono indispensabili alla determinazione del concetto trattato (cf. Vézina et al, 2009, p. 11).

2.5 Scheda e definizione terminológica

Nella fase successiva sono state affrontate due tematiche fondamentali nella realizzazione di un glossario: la scheda terminologica e la redazione della definizione terminologica.

La scheda terminologica, che costituisce la base del lavoro terminologico, non era un concetto chiaro a tutti i corsisti, dal momento che molti di loro non si erano mai confrontati con uno strumento di questo tipo. Prima di affrontare la descrizione degli elementi che tipicamente caratterizzano una scheda terminologica, sono stati spiegati il valore e la funzione di questo strumento, considerato il veicolo ideale dell'informazione terminologica "in cantiere".

Come spiega Dubuc (op. cit., p. 93), la scheda terminologica è una sorta di istantanea di un uso attestato, nel tempo e nel luogo, di un concetto. Occorre dunque sempre tenere presente il carattere in divenire dell'informazione registrata nella scheda terminologica. Questo per la necessità di avere sempre un contatto costante con la lingua viva in situazione d'uso e con l'evoluzione stessa della disciplina di riferimento. Inoltre, per il terminologo, la redazione di schede rigorose che rispondono a criteri di validità della disciplina, rappresenta la pietra angolare del suo lavoro. Un lavoro terminologico serio non può non partire dalla scheda terminologica.

La definizione che è stata data ai corsisti di "scheda terminologica" è stata quindi la seguente: documento che contiene delle informazioni che permettono di identificare un termine associato a un contenuto nozionale sufficiente, in un settore determinato e circoscritto e debitamente attestato da una fonte affidabile. Da questa definizione è stato possibile ricavare i principali campi che vanno a costituire una scheda terminologica: la definizione, l'unità terminologica, il dominio, la fonte. A questi campi principali ne sono stati aggiunti altri, come è possibile vedere dalla figura sotto:

UT/US	
GENERE GRAMMATICALE	
DOMINIO/SOTTODOMINIO	
DEFINIZIONE	
FONTE E DATA DEFINIZIONE	
CONTESTO	
FONTE E DATA CONTESTO	
SINONIMI	
VEDERE ANCHE	
EQUIVALENTE EM	
FONTE E DATA EQUIVALENTE	
EQUIVALENTE DE	
FONTE E DATA EQUIVALENTE	
AUTORE E DATA	
NOTE	

Figura 4: modello di scheda terminologica utilizzato per il glossario

È stata ricordata ai corsisti la necessità di redigere schede terminologiche semplici e chiare, in modo da facilitare l'elaborazione e la trasmissione dell'informazione in esse registrata.

Il campo che si riferisce alla definizione terminologica e il lavoro relativo alla sua elaborazione hanno rappresentato senza dubbio uno dei momenti più impegnativi per i corsisti a cui sono state fornite le principali indicazioni teoriche per affrontare al meglio tale compito. La difficoltà maggiore consisteva nel rendere chiara la differenza esistente fra la definizione terminologica e altri tipi di definizione, senz'altro maggiormente conosciuti dai corsisti, rappresentati dalla definizione enciclopedica e da quella lessicografica.

Nella definizione terminologica l'oggetto è il concetto del sistema nozionale di un campo specialistico e il contenuto descrive la nozione con riferimento esclusivamente a un dominio specialistico e non in riferimento al sistema linguistico. La finalità della definizione enciclopedica invece è fornire un insieme di conoscenze su di un determinato oggetto. Nella

definizione di tipo lessicografico l'oggetto della definizione è il segno linguistico; il contenuto include solo le caratteristiche di una nozione rilevanti per distinguerla da un'altra nozione all'interno dello stesso sistema linguistico.

La funzione della definizione terminologica è identificare il concetto, rappresentarlo attraverso una formula linguistica che descrive il concetto che rappresenta una denominazione. Wüster, nella sua definizione di "definizione terminologica", aggiunge altri elementi chiave, ovvero i "concetti conosciuti espressi generalmente tramite parole" (cf. CABRÉ, 1998, p. 65). La definizione data dal fondatore della terminologia moderna introduce l'elemento dei "concetti conosciuti" di cui il terminografo si deve servire per costruire una definizione terminologica corretta. La definizione infatti è sempre da considerarsi all'interno di un contesto più vasto che non si limita unicamente alla scheda terminologica relativa a un determinato concetto bensì a tutto il glossario. I concetti conosciuti, come li chiama Wüster, non sono altro che i termini fondamentali che devono formar parte del glossario e che servono ad aiutare il destinatario finale nell'interpretazione del testo definitorio. Anche questo aspetto di ipertestualità del glossario è stato preso in considerazione nel corso delle esercitazioni e si è cercato di rispettarlo il più possibile nella fase di elaborazione del glossario sulla *Green Economy*.

In questa fase, si è voluto dare particolare rilievo ad alcuni aspetti che non devono essere sottovalutati dal terminografo al momento della redazione di una definizione di questo tipo: egli deve non solo descrivere il significato convenzionalmente rappresentato nei testi della comunità in questione (le fonti primarie su cui deve basarsi il suo lavoro), ma anche adattare la descrizione ai destinatari, allo scopo e ai principi di sistematicità richiesti dalle moderne banche dati (cf. COLUCCIA, 2002, p. 92). Le diverse modalità che può assumere la definizione terminologica, e di conseguenza le differenti tipologie di definizione, implicano necessariamente un diverso grado di accessibilità all'utenza, a cui occorre affiancare la situazione comunicativa in cui si colloca un prodotto terminológico (cf. BONADONNA, 2011, p. 81).

Sono stati poi illustrati ai corsisti i due principali tipi di definizione terminologica: per estensione e per comprensione. In un secondo tempo, si è passato a spiegare i principali elementi costitutivi di una definizione terminologica, ovvero l'incipit definitorio e le caratteristiche. Per questa parte, che è risultata particolarmente difficile per la novità che costituiva per la maggior parte dei corsisti, è stato fatto riferimento principalmente ai testi di Vézina e Dubuc, citati sopra.

L'incipit definitorio, che può essere “includente” o “falso includente”, rappresenta l'elemento lessicale o l'insieme degli elementi lessicali con cui inizia, generalmente, la definizione di cui costituisce il cardine. Esso ha un ruolo essenziale in quanto serve a situare il concetto oggetto di studio rispetto agli altri concetti all'interno del sistema concettuale. L'efficacia e la pertinenza di una definizione dipendono infatti in buona parte dalla scelta dell'incipit definitorio adeguato. Particolare attenzione è stata data quindi a questo elemento, attraverso l'analisi di definizioni terminologiche “corrette” in modo da guidare i corsisti nella successiva attività di riscrittura delle definizioni che sarebbero poi state registrate nelle schede terminologiche del glossario.

Per quanto concerne invece le caratteristiche, è stata fatta percepire ai corsisti la differenza esistente fra le cosiddette caratteristiche “essenziali”, ovvero quelle indispensabili alla determinazione del concetto trattato, e le caratteristiche “distintive”, vale da dire quelle che permettono di distinguere un concetto da quelli vicini, giacché definire un concetto non significa solo descriverlo ma anche delimitarlo e distinguerlo dai concetti correlati.

La fase successiva è stata consacrata ai principi e alle regole che guidano il terminologo nel lavoro di redazione di una definizione terminologica. Ancora una volta i testi di Vézina e Dubuc sono venuti in nostro soccorso per proporre ai corsisti una selezione di principi e regole di riferimento. Sono stati illustrati i seguenti principi: principio di concisione, principio di chiarezza, principio di esplicitazione e di adeguatezza, principio di sostituzione, principio di non tautologia, principio di generalizzazione e astrazione, principio di adattamento ai gruppi di

riferimento e principio di prevedibilità. In questo modo, la tecnica di costruzione di una definizione terminologica è andata poco a poco delineandosi e i corsisti sono divenuti consapevoli non solo della difficoltà che rappresenta tale operazione ma anche del rigore e della precisione necessari per portarla a buon termine.

Questa parte è stata poi completata attraverso l'illustrazione di una serie di regole adatte in particolar modo al tipo di definizione per comprensione. Fra queste ricordiamo: la necessità di descrivere un solo concetto per definizione; il fatto che si debba preferire una forma affermativa a una negativa, quindi dire ciò che il concetto è piuttosto che ciò che non è; la necessità di redigere la definizione tramite una sola frase; l'importanza di adottare un punto di vista neutro e di includere solo termini conosciuti, quindi convalidati dal gruppo di riferimento o che sono a loro volta definiti all'interno dello stesso repertorio terminologico.

Le regole di cui sopra hanno costituito in buona parte una novità per i corsisti i quali erano abituati piuttosto a definizioni di tipo enciclopedico oppure a "false" definizioni terminologiche che caratterizzano quei cosiddetti glossari o lessici redatti da amatori o appassionati di un certo settore i quali però disconoscono quelle regole di redazione che differenziano appunto una definizione di tipo terminologico da un'altra "falsamente" terminologica. Anche in questo caso, sono stati analizzati esempi di definizioni redatte secondo la regola in modo da offrire un modello concreto ai corsisti che potesse quindi fungere da supporto nell'esercizio successivo di redazione delle definizioni all'interno del glossario sulla *Green Economy*.

Fra il primo e il secondo incontro di tipo teorico, i corsisti, suddivisi in sei gruppi, hanno lavorato a distanza sui seguenti elementi: la ricerca delle fonti, catalogate nell'apposita scheda; la realizzazione della mappatura concettuale e l'identificazione delle unità terminologiche inserite nella scheda intermedia di cui si è detto sopra. Tutti questi elementi sono poi stati verificati nel corso del secondo incontro in cui i corsisti hanno avuto anche la possibilità di confrontarsi fra loro, suscitando

un dibattito attorno a queste prime fasi di lavoro che, nel complesso, si sono svolte con una certa serietà e interesse.

In occasione del secondo incontro, sono state fornite ulteriori informazioni di tipo pratico sulle parti che fungono da corollario nella costruzione di un glossario, e che tuttavia hanno la loro ragion d'essere. Si tratta di quegli elementi che vanno a costruire la struttura del prodotto stesso e che possiamo identificare con: il titolo e gli autori, l'indice, l'introduzione, l'organizzazione concettuale del campo di lavoro, il glossario vero e proprio dei termini, l'indice dei termini, la bibliografia e la sitografia di riferimento. Anche in questo caso, le diverse parti citate sopra sono state affidate ai diversi gruppi di lavoro. Questa parte prettamente strutturale ha permesso loro di capire a fondo la funzione di un prodotto terminologico, in particolare rispetto al pubblico finale a cui era destinato. Non basta quindi una semplice lista di termini o di schede terminologiche, è necessario inquadrare il lavoro di ricerca e far sì che il destinatario finale ne fruisca a pieno anche attraverso queste parti che potrebbero sembrare di secondaria importanza.

2.6 Ricerca degli equivalente

Una delle ultime fasi trattate dai vari gruppi di lavoro è rappresentata dalla ricerca degli equivalenti in lingua inglese e tedesca, che sono stati verificati in occasione dell'ultimo incontro delle esercitazioni. Trattandosi di un glossario monolingue con equivalenti, nella scheda terminologica finale, i campi da completare erano in totale quattro: *equivalente EN, fonte e data equivalente, equivalente DE, fonte e data equivalente*.

Come ricordano Cabré e Dubuc,¹³ in questa delicata fase di attribuzione degli equivalenti occorre passare necessariamente per la definizione del termine; solo in questo modo potranno evitarsi false attribuzioni fra termini. Dubuc aggiunge che

¹³ Entrambe le opere sono già state citate nel corso di questo contributo.

l'appariement des termes dans une recherche terminologique bilingue ou multilingue repose sur l'identification de la notion par la mise en relief des descripteurs. Cette mise en relief doit s'accompagner d'une analyse du champ notionnel du terme retenu, ce qui permet d'en circonscrire la portée et de discerner par le fait même si l'on est en présence d'une équivalence ou d'une correspondance de sens ou d'usage (DUBUC, op. cit., p. 77-78).

Proprio questi ultimi due concetti sono fondamentali in un'ottica bilingue o plurilingue. Si parla infatti di "equivalenza" quando fra due termini esiste un'identità completa di senso e di uso all'interno dello stesso dominio di applicazione; si parla invece di "corrispondenza" quando fra i due termini vi è un'identità parziale di senso oppure quando esiste una disparità a livello di uso.

Nel nostro caso, come è stato rilevato dai diversi gruppi di lavoro, svariati casi presentavano una situazione di corrispondenza. Un esempio è dato dal termine "mobilità lenta", intesa come traffico pedonale e ciclabile, che non ha trovato equivalenti né in lingua inglese né in lingua tedesca, in quanto i termini "slow mobility" e "langsame Mobilität" esistono ma fanno riferimento ad un'altra sfera concettuale, ovvero quella della mobilità delle persone disabili.

Le fonti che sono state consultate durante questa fase di lavoro sono state essenzialmente di tipo lessicografico, enciclopedico e terminologico plurilingue (anche basi dati terminologiche); si è fatto riferimento inoltre a dizionari plurilingui con definizioni o illustrazioni e a testi plurilingui standardizzati da organismi internazionali (cfr. note 19 e 30).

3. La costruzione del glossario: il prodotto finale

Il *Glossario della Green Economy* realizzato dai corsisti, di cui forniamo un esempio attraverso la scheda terminologica sotto, contiene 93 termini, di cui 24 sinonimi.

UT/US	valutazione di impatto ambientale
GENERE GRAMMATICALE	s.f.
DOMINIO/SOTTODOMINIO	Economia
DEFINIZIONE	Protocollo amministrativo europeo che ha lo scopo di valutare il rispetto di parametri ambientali di un progetto.
FONTE E DATA DEFINIZIONE	Gruppo D, C.D.M. - M.G., 04.04.2012
CONTESTO	La valutazione di impatto ambientale (VIA) è una procedura amministrativa introdotta dalla comunità europea con la Direttiva 85/337/Cee, applicata in Italia da oltre dieci anni, e finalizzata alla valutazione della compatibilità ambientale di determinate tipologie di progetti o interventi.
FONTE E DATA CONTESTO	http://www.territorioambiente.com/territorio.htm , 30.03.2012
SINONIMI	VIA
VEDERE ANCHE	impatto ambientale
EQUIVALENTE EM	environmental impact assessment
FONTE E DATA EQUIVALENTE	http://ec.europa.eu/environment/eia/eia-legalcontext.htm , 03.04.2012
EQUIVALENTE DE	Umweltverträglichkeitsprüfung
FONTE E DATA EQUIVALENTE	<a href="http://iate.europa.eu/iatediff/<searchByQueryLoad.do?method=load">http://iate.europa.eu/iatediff/<searchByQueryLoad.do?method=load , 03.04.2012
AUTORE E DATA	Gruppo D, C.D.M. - M.G., 04.04.2012
NOTE	-

Figura 5: esempio di scheda terminologica interna al glossario

Ogni scheda è stata identificata da un numero progressivo posto tra parentesi quadre e riporta l'unità terminologica o sintagmatica (*UT/US*) nella sua forma base e con l'iniziale minuscola, seguita dalla sua marca morfologica (*genere grammaticale*). All'interno di questo campo, i sostantivi sono stati segnalati con una *s.*, il genere maschile o femminile rispettivamente con le lettere *m.* o *f.*, e nel caso un termine avesse una accezione particolare nella sua forma plurale è stata usata la sigla *pl.* Gli aggettivi sono stati indicati con la sigla *agg.* e nella forma maschile.

Sotto figurano il campo *dominio* e *sottodominio* di riferimento, seguiti dal campo *definizione*.

Nel campo seguente, *fonte e data definizione*, è stato riportato il nome del gruppo che ha redatto la scheda, la sigla dei nomi dei suoi componenti e la fonte o le fonti a cui il gruppo si è riferito insieme alla data in cui la definizione è stata realizzata.

Nel campo successivo, *contesto*, è stato indicato un solo contesto per termine; i corsisti hanno cercato di riportare testi descrittivi e che potessero contribuire a una migliore comprensione dell'uso del termine registrato. Anche in questo caso, sono state riportate la fonte e la data di pubblicazione o di consultazione (*fonte e data contesto*).

Si è voluto inoltre inserire due campi che non sempre sono presenti entrambi in una scheda terminologica, ovvero *sinonimi* e *vedere anche*. I corsisti hanno prestato particolare attenzione nel segnalare i rimandi ai sinonimi o ai termini concettualmente vicini su tutte le schede terminologiche redatte, in modo da realizzare un collegamento reciproco e non unilaterale fra queste.

Nel campo *equivalenti* sono state inseriti i rispettivi equivalenti in lingua inglese e tedesca¹⁴. Anche in questo caso, sono state segnalate le fonti di riferimento (*fonte e data equivalente*), il nome del gruppo e le sigle dei nomi dei suoi componenti, insieme alla data di consultazione della fonte (*autore e data*).

La scheda terminologica termina con il campo *note*.¹⁵ All'interno di tutte le caselle che non si è ritenuto necessario compilare o che non era possibile compilare, ad esempio per mancanza di sinonimi o di termini concettualmente legati all'unità terminologica analizzata, è stato inserito il simbolo '-'.

¹⁴ Per completare questo campo, i corsisti hanno fatto ricorso a documentazione nelle rispettive lingue della disciplina oggetto del glossario, oltre a testi plurilingue, spesso forniti da istituzioni e organizzazioni internazionali, o ancora a banche dati terminologiche, in particolare IATE e Termium Plus®.

¹⁵ In questo campo i corsisti hanno segnalato quelle osservazioni o indicazioni che hanno ritenuto utili per una migliore comprensione del termine e una maggiore consapevolezza del suo uso.

Infine, per quanto riguarda le schede terminologiche che fanno riferimento ai sinonimi, queste sono state compilate in alcuni campi, quali: *UT/US*, *categoria grammaticale*, *contesto*, *fonte e data contesto*, *sinonimi* ed eventualmente *note*. Riportiamo sotto un esempio di scheda sinonimi:

UT/US	VIA
GENERE GRAMMATICALE	s.f.
DOMINIO/SOTTODOMINIO	Economia
DEFINIZIONE	-
FONTE E DATA DEFINIZIONE	-
CONTESTO	La direttiva europea VIA ha anticipato molti e importanti cambiamenti avvenuti all'interno dell'Unione Europea (UE).
FONTE E DATA CONTESTO	http://www.isprambiente.gov.it/site/it-it/Temi/Valutazione_di_impatto_Ambientale_(VIA)/ , 03.04.2012
SINONIMI	valutazione di impatto ambientale
VEDERE ANCHE	-
EQUIVALENTE EM	-
FONTE E DATA EQUIVALENTE	-
EQUIVALENTE DE	-
FONTE E DATA EQUIVALENTE	-
AUTORE E DATA	Gruppo D, C.D.M. - M.G., 03.04.2012
NOTE	-

Figura 6: esempio di scheda terminologica per i sinonimi interna al glossário

3.1 Alcune osservazioni a margine

La terminologia della *Green Economy* è costituita da un sistema eterogeneo di unità terminologiche e sintagmatiche che si riferiscono a differenti sfere concettuali.

Il lessico di base registrato nel glossario è riconducibile a tre ampi domini di cui abbiamo detto sopra. Ci limitiamo qui a segnalare alcuni termini in lingua italiana:

Ambiente: *biodiversità, biomasse, cambiamento climatico, capitale naturale, consumo di suolo, consumo di territorio, ecocompatibilità, ecosostenibilità, energia eolica, energia finale, energia geotermica, energia primaria, problematica ambientale, qualità ambientale, ecc.*

Economia: *analisi del ciclo di vita, brown economy, business verde, capacità di carico, COMIECO, eco-audit, efficienza energetica, EMAS, green business, green jobs, ingegnere energetico, innovazione sostenibile, ipotesi di Porter, marketing verde, simbiosi industriale, VIA, ecc.*

Tecnologia: *bioarchitettura, biocarburanti, biodiesel, bioedilizia, eco quartiere, generazione rinnovabile, mobilità dolce, tecnologia ambientale, teleriscaldamento, ecc.*

Osservando i termini sopra, è possibile rilevare un'alta presenza di unità polirematiche, ovvero “tecnicismi costituiti da più unità lessicali, la cui combinazione risulta lessicalizzata all'interno del dominio” (GILARDONI, 2012, p. 64), come ad esempio *analisi del ciclo di vita, capacità di carico, efficienza energetica*.

Molti sono gli anglicismi utilizzati all'interno di tale settore, alcuni dei quali presentano anche calchi in lingua italiana. Si pensi al caso di *green business* e *business verde* o al termine *green jobs*, ampiamente usato anche all'interno di testi in lingua italiana, di cui comunque esistono i corrispettivi: *occupazioni verdi* e *professioni verdi*. La tendenza all'uso di termini inglesi sarebbe tipica della lingua italiana, al contrario della lingua tedesca che invece predilige sempre la variante tedesca. Per esempio, il termine *brown economy* ha valore sia in italiano che in inglese, mentre in tedesco si parla di *braune Wirtschaft*.

Nel caso di *simbiosi industriale*, ovvero un metodo alternativo per il recupero dei rifiuti e un principio secondo cui il materiale scartato da un'impresa può diventare materia prima di un'altra azienda, è possibile parlare di rideterminazione semantica.

Il lessico specifico del settore fa altresì uso di sigle, utilizzate sia per indicare procedure standardizzate a livello europeo, è il caso di *EMAS* e *VIA*, sia per la denominazione di istituzioni ed enti, come ad esempio, *COMIECO*.

La compresenza all'interno della terminologia del settore di termini di uso comune quali *cambiamento climatico* e termini più specifici, come *eco-audit* o *ipotesti di Porter*, dimostra che il settore della *Green Economy* è di fatto un insieme di realtà e lessici già esistenti.

Anche gli aspetti linguistici sembrano voler confermare la complessità, intesa come eterogeneità di caratteristiche, sottesa al concetto di sviluppo sostenibile e alla *Green Economy* che “implica un'agenda politica operativa che può contribuire a raggiungere un progresso concreto e misurabile capace di coniugare le esigenze dell'economia con quelle dell'ambiente” tenendo “particolarmente conto di numerose problematiche sociali e preoccupazioni relative all'equità”.¹⁶

4. Conclusioni

Il presente contributo ha voluto illustrare il difficile cammino che conduce alla creazione di un glossario monolingue con equivalenti, realizzato durante un ciclo di esercitazioni di terminologia.

Sono state messe in rilievo le varie tappe costitutive che, nel corso della formazione, sono state sempre precedute da un'esaustiva premessa teorica per fornire ai corsisti gli strumenti necessari e più adeguati all'attività pratica.

¹⁶OECD Multilingual Summary, *Verso la crescita verde. Sintesi in italiano*, 2011, <http://www.oecd.org/grengrowth/47989369.pdf>.

Realizzare un glossario terminologico in un settore come quello della *Green Economy* ha rappresentato diverse difficoltà, prime fra tutte, la delimitazione di un dominio piuttosto vasto e ancora non ben delineato. Un altro punto critico è stato senza dubbio quello della redazione della scheda terminologica vera e propria, strumento nuovo e sconosciuto a diversi corsisti, che richiede precisione e metodo nell'essere compilata.

Assieme alla scheda terminologica viene poi la redazione della definizione terminologica, altra novità per i profani in questa disciplina, che se viene fatta nel rispetto delle convenzioni di base, permette di eliminare quell'instabilità concettuale che talvolta circonda i termini; per questo motivo, la definizione costituisce un elemento fondamentale per l'acquisizione e la diffusione di conoscenze tecnico-scientifiche.

Il *Glossario della Green Economy* è senza dubbio un buon punto di partenza per eventuali e ulteriori completamenti in altre lingue, la cui base può essere successivamente integrata con altri termini, spostando o allargando il pubblico di riferimento: non più il non specialista, bensì il traduttore o l'interprete di conferenza che si trovano a dover gestire testi in questo vasto e attuale ambito della conoscenza.

Riferimenti bibliografici

BONADONNA, M. F. I glossari dell'energia: strumenti per la comunicazione al cittadino. In: ZANOLA, M. T.; BONADONNA, M. F. (a cura di). Terminologie specialistiche e prodotti terminologici. Milano: EDUCatt, 2011, p. 71-86.

CABRÉ, M. T. La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empuriés, 1993.

CABRÉ, M. T. Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998.

COLUCCIA, S. La definizione in Terminologia e in Terminografia. In: MAGRIS, M.; MUSACCHIO, M. T.; REGA, L.; SCARPA, F. Manuale di terminologia. Aspetti teorici, metodologici, applicativi. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 2002. p. 83-98.

DUBUC, R. Manuel pratique de terminologie. Montréal: Linguatex, 2002.

ENCICLOPEDIA TRECCANI. Disponibili in: <<http://www.treccani.it/enciclopedia/sviluppo-sostenibile/>>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

GILARDONI, S. L'energia fotovoltaica in Italia. Terminologia specialistica e tipi di testo. In: ZANOLA, M. T. (a cura di). Costruire un glossario: la terminologia dei sistemi fotovoltaici. Milano: Vita e Pensiero, 2012. p. 57-76.

GLOSSARIO PLURILINGUE DELLA GREEN ECONOMY. Disponibili in: <http://centridiricerca.unicatt.it/ossterpoli_Glossario_Green_Economy.pdf>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

MAGRINI, M. Una green economy per l'Italia. Il Sole 24 Ore. 2012.

OECD Multilingual Summary, *Verso la crescita verde*. Sintesi in italiano, 2011. Disponibili in: <<http://www.oecd.org/greengrowth/47989369.pdf>>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

LE PAVEL, DIDACTICIEL DE TERMINOLOGIE. Disponibili in: <<http://www.bt-tb.tpsgc-pwgsc.gc.ca/btb.php?lang=fra&cont=308>>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, 28 mai. 1987. Disponibili in: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

VÉZINA, R. et al. La rédaction de définitions terminologiques. Office québécois de la langue française. *La redazione di definizioni terminologiche*. Traduzione italiana a cura di M. F. Bonadonna e P. Guasco. Montréal: Office québécois de la langue française, 2009.

What is the Green Economy. Disponibili in:
<<http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatisGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Data di accesso: 22 lug. 2013.

ZANOLA, M. T. La terminologie des énergies renouvelables entre communication institutionnelle et savoirs spécialisés. *Dialogos*, Romania, v. 21, p. 83-99, 2010.

ZANOLA, M. T. La terminologia dei sistemi fotovoltaici tra comunicazione istituzionale e saperi specialistici. Un'introduzione. In: ZANOLA, M. T. *Costruire un glossario: la terminologia dei sistemi fotovoltaici*. Milano: Vita e Pensiero, 2012. p. 7-14.

Terminologia como estudo padronizador em linguagem de especialidade

Sátia Marini*

1. Introdução

A crescente demanda por entender os falares científicos e tecnológicos e torná-los acessíveis aos leigos, aos profissionais e aos aprendizes de determinada especialidade é o principal motivo que torna necessário descrever uma linguagem de especialidade, conforme apontam Krieger e Finatto (2004, p. 190). Estudar os termos técnicos ou científicos em profundidade possibilita compreender sua natureza e funções e permite buscar aperfeiçoamento na área tratada, a fim de atingir um nível de especialização no assunto. Num mundo globalizado extremamente competitivo, é urgente o entendimento de que a capacitação da mão-de-obra especializada nas diversas áreas do saber é um ponto fundamental para qualquer instituição que pretenda se estabelecer na comunidade internacional.

De acordo com Labov (2008, p. 215), os seres humanos utilizam a língua em determinado contexto ou domínio social para comunicar suas ideias e necessidades sendo, portanto, uma forma de comportamento social. Assim, de maneira ampla, dialetos são restritos a determinadas regiões, gírias são utilizadas informalmente por grupos específicos, e cada profissão desenvolve seus próprios registros (também chamados pejorativamente de “jargões”). A linguagem de especialidade utilizada no *Glossário temático: saúde suplementar* do Ministério da Saúde (MS), objeto deste estudo, pode ser inserida no grupo dos registros, ou terminologias, próprios dos servidores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entretanto, essa linguagem

* Professora Substituta no Departamento de Estudos da Tradução da Universidade de Brasília.

técnica suplantou o meio técnico, estendeu-se a operadoras de planos de saúde e alcançou o público externo, a parcela da população brasileira usuária dos planos privados de saúde.

A língua é dinâmica, sofre alterações com o passar do tempo, com a alternância do local onde é falada (círculo de amizades, ambiente de trabalho, administração pública) e com a variação dos usuários (engenheiros, técnicos, pessoal administrativo) que a utilizam e, para acompanhar estas alterações e atingir diversos públicos, os glossários também sofrem mudanças diacrônicas. Portanto, periodicamente esse instrumento passa por revisões a fim de se manter atualizado, seja incluindo ou retirando termos, seja modificando os sentidos desses (devido a mudanças de grafia, modernização do entendimento ou mudança ideológica) ou incluindo traduções em outras línguas. Esse glossário foi elaborado inicialmente em português e, na sua 2ª edição, ao passar por uma revisão dos termos e definições, teve também as entradas dos verbetes traduzidas para o espanhol e o inglês, línguas estrangeiras consideradas relevantes para o desenvolvimento científico e comercial brasileiro e para sua atuação no âmbito da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

A terminologia institucional abordada em glossários temáticos destina-se a facilitar a comunicação das áreas de especialidade e a aumentar a produtividade da empresa com qualidade. Para tanto, busca-se uma normalização, que “faz parte de uma sociedade organizada” (CUNHA, 2001, p. 48) e ocorre em diversos níveis: do internacional (padrões ISO, da Internet, de telefonia), ao nacional (ABNT, bitola de ferrovias, padrão de tomadas) e chega ao institucional (acordos interdepartamentais, glossários).

A elaboração de glossário temático em ambiente institucional busca normalizar a linguagem de especialidade usada nesse meio, o que viabiliza o convívio da comunidade que a utiliza, pois, ao reduzir as possibilidades de interpretações dos sintagmas, reduz-se, também, a polissemia. Silvia Pavel argumenta que a harmonização terminológica envolve uma preocupação com a “precisão conceitual e correção linguística, a adequação do termo à situação de comunicação e a eficácia da comunicação” (PAVEL, 2001, p. 30). Entre os trabalhos de harmonização propostos por ela estão o de “confirmar o

uso de novos termos, desaconselhar os pseudo-sinônimos e as variantes que criam confusão, e fomentar o uso de termos recomendados”. Dentre os objetivos da normatização elencados por Cunha (2001, p. 49-50) estão “a comunicação (facilitada), a economia (de modo geral) e a defesa do consumidor”.

No trabalho de desenvolvimento de glossários e outros produtos terminológicos na área de terminologia do Ministério da Saúde confirmam-se essas proposições, pois objetiva-se apresentar um vocabulário institucional próprio, com definições precisas e consensuais, para que gestores, profissionais da saúde e cidadãos em geral tenham um entendimento mais eficaz e se comuniquem com mais objetividade “sem ambiguidades, favorecendo o desempenho das ações institucionais e a compreensão sobre a gestão do Sistema Único de Saúde.” (BRASIL, Glossário temático: saúde suplementar, 2012). As traduções apresentadas em inglês e espanhol servem tanto para os profissionais do MS que precisam escrever nessas línguas ou apresentar trabalhos em ambientes internacionais, quanto para tradutores, intérpretes, estudantes, professores e outros interessados em conhecer as opções preferidas pelo órgão para a tradução dos termos nesses idiomas. O oferecimento de traduções consensuadas entre os especialistas do MS busca, ainda, promover uma comunicação mais efetiva da terminologia da saúde em participações institucionais no exterior.

2. Padronização no Glossário Temático de Saúde Suplementar

Tanto a macro- quanto a microestrutura do glossário da ANS seguem os padrões definidos para toda a série de glossários temáticos desenvolvida no Projeto de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde. No que se refere à macroestrutura interna, o glossário compõe-se das sessões: i) Sumário; ii) Apresentação (na qual são expostos os objetivos de desenvolver produtos terminológicos e da série glossários temáticos, e os produtos da área de

terminologia no Ministério da Saúde); iii) Explicações prévias (na qual se comenta sobre as equipes envolvidas na elaboração do glossário, os objetivos desse e a possibilidade de futuras edições seguirem a atual); iv) Conhecendo o órgão técnico ao qual o glossário está ligado (que, para o glossário em questão, refere-se à Agência Nacional de Saúde Suplementar); v) Como utilizar o Glossário (que explica a estrutura e mostra exemplos de verbetes); vi) o Glossário propriamente dito, trazendo os verbetes em ordem alfabética; vii) o Índice de termos em Espanhol-Português e em Inglês-Português para facilitar a consulta nessas direções de idiomas; e viii) as Referências (utilizadas nas pesquisas terminológicas e técnicas).

Quanto à microestrutura dos verbetes, essa foi organizada da seguinte forma: as entradas referem-se aos termos utilizados na língua de especialidade. O gênero (masc. ou fem.) informa se o termo é masculino ou feminino (ou ambos). Quando o termo é utilizado principalmente no plural, ele é apresentado dessa forma na entrada e, logo após o gênero, inclui-se a informação de plural (pl.) para indicar o uso. Caso haja algum outro termo que equivalha em significado ao termo da entrada, esse é incluído no verbete como sinônimo (Sin.). Caso o termo seja um sinônimo de outro, sendo o outro o preferencial, é remetido para o termo recomendado por meio de uma seta (→). Logo a seguir vem a definição, que traz as características necessárias para descrever o conceito pertinente ao termo e distingui-lo de outros semelhantes. A remissiva (indicada com o verbo “Ver”) esclarece sobre a relação de complementaridade entre os termos elencados no glossário. Essa complementaridade pode ser um termo conexo, um antônimo, um hiperônimo e um termo que apresente semelhanças com esse e que, para esclarecer possíveis dúvidas, é importante que seja cotejado. Na nota incluem-se comentários, informações adicionais ou enciclopédicas úteis para aprofundar o entendimento sobre o termo. Especificamente em relação ao glossário de Saúde Suplementar, sempre que o termo baseia-se em uma lei ou resolução normativa, essa é mencionada nas notas. Por fim, são exibidos os itens “Em espanhol” e “Em inglês” com as respectivas traduções recomendadas pelo órgão para esses idiomas.

A título de exemplo de verbete do *Glossário temático: saúde suplementar*, elencamos o termo “doença ou lesão preexistente”, pois apresenta a microestrutura descrita acima:

“Doença ou lesão preexistente, *fem. Sin. DLP*. Doença ou lesão que o beneficiário ou seu representante legal saiba ser portador ou sofredor, no momento da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde.

Notas: i) No ato da contratação, o beneficiário fica obrigado a informar à operadora, quando expressamente solicitado, por meio da declaração de saúde, as doenças ou lesões preexistentes de que saiba ser portador ou sofredor. ii) A omissão da informação é considerada fraude e poderá acarretar a suspensão ou rescisão do contrato após sua constatação pelo julgamento por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). *Ver Declaração de saúde.*

Em espanhol: enfermedad o lesión preexistente

Em inglês: pre-existing condition”

O domínio do glossário de Saúde Suplementar restringe-se à área de regulação de planos privados de saúde no Brasil, pois, de acordo com o *site* da ANS (<http://www.ans.gov.br/>), essa é uma agência vinculada ao Ministério da Saúde criada com a finalidade de defender o interesse do público usuário desses planos e contribuir para melhorar as ações de saúde no Brasil. A agência se divide em Presidência, Diretoria Colegiada e órgãos vinculados, subdivididos em outros órgãos, dos quais são abordados no glossário apenas termos das diretorias de Desenvolvimento Setorial (DIDES), Gestão (DIGES), Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), Fiscalização (DIFIS) e Normas e Habilitação de Produtos (DIPRO), todas subordinadas à Diretoria Colegiada; e da Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS), um órgão vinculado à ANS. As diretorias e a Câmara compõem os sistemas aos quais estão ligados os termos do glossário. Por exemplo, os termos “Central de relacionamento da ANS” e “Disque ANS” pertencem ao sistema da DIFIS, e “Plano Hospitalar com Obstetrícia” e “Plano de origem” estão ligados à DIPRO.

As entradas do glossário foram selecionadas, num primeiro momento, pelos terminólogos do MS por meio de levantamento realizado com o uso de instrumentos de linguística de *corpus*, tendo sido extraídos os termos de documentos, leis e regulamentos internos da ANS, a partir de análise da

frequência de uso. Essa equipe observou, também, a extensão dos termos, a fim de delimitar seu início e término para incluir no glossário o termo em sua extensão completa. Posteriormente, os termos propostos foram analisados pela equipe técnica que fez inserções e supressões e confirmou a extensão daqueles termos propostos pelos terminólogos, conforme o entendimento da relevância do ponto de vista dos profissionais da ANS. Por fim, as duas equipes estabeleceram qual seria a nomenclatura do glossário e, a partir deste estágio, foi realizada a redação das definições com um grupo composto por técnicos da ANS e terminólogos.

A nomenclatura do glossário compõe-se de todos os termos (entradas) que receberam as definições. Quanto à delimitação da extensão do termo, observa-se que, em terminologia de linguagem de especialidade, normalmente, os termos contêm mais de uma palavra. Segundo Pavel (2001, p. 131) a unidade terminológica pode corresponder a um termo simples ou composto. Os termos simples têm uma única palavra e os termos compostos são um grupo de palavras que designam um conceito de uma área específica. Com isso, ao buscar o termo completo, é necessário fazer um exercício de delimitação do seu início e final. Como se observa no exemplo abaixo, que apresenta os termos na ordem em que ocorrem no glossário, uma única palavra inicial gerou um termo simples, formado por uma única palavra e outros compostos, formados por duas, três, quatro, cinco e até nove palavras (preposições e artigos também são contados). Cada um desses termos é objeto de uma entrada diferente e não de uma subentrada.

Ex.: Cobertura

Cobertura assistencial

Cobertura assistencial ambulatorial

Cobertura assistencial de referência

Cobertura assistencial do plano privado de assistência à saúde

Cobertura assistencial hospitalar com obstetrícia

Cobertura assistencial hospitalar sem obstetrícia

Cobertura assistencial odontológica

Cobertura parcial temporária

Cabré assinala alguns cuidados importantes quanto à elaboração de uma definição terminológica. Segundo ela, a definição deve: ser verdadeira, distinguir o conceito de outros parecidos, conter as características do campo de especialidade, adequar-se à finalidade a que se propõe, e ainda, referir-se a um campo concreto, conter todas as características essenciais do conceito, refletir as relações sistemáticas entre os termos e incluir informações importantes, mesmo que não essenciais, para uma descrição completa do conceito (CABRÉ, 1993, p. 210).

Com o intuito de padronizar as definições no instrumento em questão, estabeleceu-se que elas devem ser sucintas, claras e simples, devem começar pelo termo mais genérico a que pertence o conceito (hiperônimo) e especificar as características essenciais ou distintivas que diferenciam um termo de outros da mesma classe. Na elaboração de glossários, o mais usual é descrever os termos conforme o uso que se faz deles. Contudo, o glossário da ANS, além de incluir termos descritos pela equipe de técnicos e terminólogos, tem também valor prescritivo, uma vez que alguns termos provêm de resoluções normativas da ANS ou outras leis, e o glossário é homologado pela agência reguladora da área. Isso é corroborado por Faulstich (2006, p. 27-31), quando diz que

“um uso normal tende a normalizar-se no meio da comunidade que o adota; por sua vez, um uso normativo resulta da recomendação de uma ‘autoridade’ que prescreve qual deve ser o ‘bom uso’ da língua e na língua e, comumente, tal recomendação aparece registrada nos documentos prescritivos e normativos”.

Ainda no que se refere à definição e como forma de fornecer informações mais detalhadas ou relevantes para o termo, este tipo de glossário, referente a uma agência normatizadora, se beneficia da inclusão de notas, comentários, explicações ou mesmo exemplos que possam auxiliar na compreensão do termo. Há ainda a possibilidade de remeter os termos a outros conexos ou indicar seus sinônimos, o que será considerado abaixo.

3. Considerações sobre variantes terminológicas, remissivas, sinônimos e siglas

Labov (2008, p. 221) afirma ser comum “que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa”, o que, na língua de especialidade, inclui os falares mais técnicos e mais corriqueiros. CALVET também afirma que ocorre variação linguística quando termos diversos possibilitam dizer ‘a mesma coisa’, isto é, “quando dois significantes têm o mesmo significado e quando as diferenças que eles representam têm uma função outra, estilística ou social” (CALVET, 2002, p. 102). Esse autor nos apresenta também a dificuldade de se especificar a que funções as diferentes formas correspondem, sejam elas classe social, faixa etária ou meio social diferente. Neste estudo, a título de simplificação, consideram-se variantes linguísticas os termos recomendados, os não recomendados (ou que deixaram de ser utilizados) e os sinônimos.

No *Glossário temático: saúde suplementar*, a variante recomendada sempre recebe a definição do termo, enquanto que aquela alternativa ao termo é informada quando é um sinônimo da preferencial, quando é um termo reduzido (sigla) ou quando é utilizada com grande frequência na linguagem oral, caso em que é remetida para o termo utilizado em linguagem oficial, recomendando-se o uso desse último.

Quanto à variante não recomendada, foram identificados nesse glossário cinco termos que deixaram de ser utilizados formalmente pela ANS, dois dos quais (“Reparação espontânea e imediata” e “Rol de Procedimentos Médicos e Odontológicos”) são remetidos para os termos recomendados pelo órgão (“Reparação voluntária e eficaz” e “Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde”, respectivamente). Os demais (“Administradora de planos de saúde”, “Autogestão não patrocinada” e “Autogestão patrocinada”) recebem uma definição e, nas notas, menciona-se que o termo deixou de ser usado após a entrada em vigor de uma Resolução Normativa da ANS.

De acordo com Basílio (2007, p. 12),

“a razão porque formamos palavras é a mesma pela qual formamos frases: o mecanismo da língua sempre procura atingir o máximo de eficiência, o que se traduz num máximo de flexibilidade em termos de expressão simultânea a um mínimo de elementos armazenados na memória”.

Dessa forma, ao criar termos para denominar os objetos, serviços e produtos, economizam-se palavras, evitando-se o uso de paráfrase explicativa dos conceitos.

Vários termos utilizados oficialmente na ANS são muito extensos e não foram contemplados com siglas; assim, naturalmente, tiveram seus nomes encurtados para uma ou poucas palavras do termo completo, tanto na linguagem de uso dentro da Agência quanto na linguagem dos usuários de planos de saúde. Por terem uma alta frequência de uso na instituição, esses termos reduzidos foram incluídos no glossário. Alguns deles assemelham-se a outros e são considerados seus sinônimos. Assim, por exemplo, “Beneficiário de plano privado de assistência à saúde” e “Operadora de plano privado de assistência à saúde” receberam uma nota informando que são os termos formalmente preferidos pela ANS. Por outro lado, os termos “Beneficiário”, “Consumidor”, “Consumidor de plano de saúde”, “Participante de plano privado de assistência à saúde”, “Segurado”, “Usuário” e “Usuário de plano privado de assistência à saúde” (sinônimos de “Beneficiário de plano privado de assistência à saúde”) e “Operadora” e “Operadora de plano de saúde” (sinônimos de “Operadora de plano privado de assistência à saúde”) são reconhecidos e utilizados pela Agência, mas não portam o significado total do termo. Esses, por serem utilizados em geral na linguagem oral, nos *sites* (tanto de operadoras quanto da ANS) e em documentos oficiais, foram citados como sinônimos dos outros, a fim de que sejam entendidos como tal. A denominação utilizada varia conforme a situação em que é empregada e quem (que órgão ou usuário) está se referindo ao beneficiário de plano privado de assistência à saúde.

No que se refere às remissivas, tanto da definição quanto da nota, os termos remetidos podem aparecer ou não na definição. A remissão dos termos não recomendados para os recomendados cumpre uma função didática de instruir o leitor sobre o termo oficial. Entretanto, por uma questão de praticidade e economia linguística, a ANS reconhece e utiliza os termos reduzidos, uma vez que termos muitos longos dificultam uma comunicação eficaz e tornam prolixa a linguagem. O objetivo das remissões é esclarecer sobre a relação de complementaridade entre termos proporcionando ao usuário a noção de que existem termos relacionados que podem auxiliar na compreensão um do outro, ou fazer distinção entre eles. No glossário da ANS, os termos remissivos “se relacionam de maneiras diversas, dependendo da contiguidade de sentido, podendo ser termos sinônimos, termos hiperônimos e termos conexos” (BRASIL, Glossário temático: saúde suplementar, 2012), não recebendo, entretanto, essa denominação.

Quanto às siglas, Alves (2007, p. 56) sustenta que o neologismo por meio delas “ou acronímica, resulta da lei da economia discursiva” e tem a finalidade de simplificar e tornar mais eficaz o processo de comunicação. Portanto, a criação de siglas também obedece à busca pela eficiência na comunicação. Ao apresentar o termo por extenso seguido de sua sigla, torna-se desnecessário repeti-lo outras vezes por extenso, sendo discursivamente mais econômico e comunicativamente mais ágil empregar apenas a sigla.

Por serem, normalmente, formados a partir de substantivos, as siglas e acrônimos mantêm o gênero do primeiro elemento do sintagma. Apesar de as definições no glossário da ANS terem sido fornecidas no termo por extenso, invariavelmente, na linguagem oral, as siglas são mais utilizadas. Para apresentação das definições não se seguiu a regra da frequência de uso, mas estabeleceu-se que elas seriam inseridas no termo por extenso. As siglas são mencionadas como sinônimos no termo preferencial e são incluídas como nova entrada no glossário fazendo remissão ao termo por extenso. No glossário, uma seta (→), que aparece após a sigla, indica a maneira como o termo é lido e recomenda a consulta da forma expandida do termo equivalente.

A utilidade e validade das siglas se confirmam atestando seu emprego e interpretação pelos receptores. Nas reuniões na ANS, quando da definição dos

termos do glossário, em contato direto com servidores do órgão, verificou-se que os nomes das diretorias (p. ex.: Dides, Diretoria de Desenvolvimento Setorial; Diges, Diretoria de Gestão), do Cadop (Cadastro de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde), do Nuraf (Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização), da TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar) e da TUSS (Terminologia Unificada da Saúde Suplementar) são sempre mencionados pela sigla, ou seja, elas foram bem aceitas pelo público interno, são portadoras de significado para ele e cumprem a função de economia discursiva. O uso destas siglas certamente viabiliza uma comunicação mais ágil.

4. Considerações sobre a padronização na tradução de termos

Logo após a conclusão da primeira versão do glossário da ANS, em 2009, os envolvidos na sua elaboração levantaram a possibilidade de traduzir os termos para o inglês e o espanhol, devido à participação da Agência em eventos internacionais e à necessidade de harmonizar as traduções para uma melhor representação da Agência no exterior. Em *Introdução à terminologia: teoria & prática*, Krieger (2004, p. 70) afirma que “as aplicações terminológicas têm um alcance maior, quando os instrumentos terminográficos se fazem em mais de um idioma”. Isso se confirmou na experiência deste glossário quando a ANS solicitou parceria com a equipe de terminologia para ampliar o alcance do glossário incluindo as traduções recomendadas pela ANS.

Os termos na ANS são muito específicos, pois estão relacionados a necessidades particulares da saúde suplementar brasileira, e isso levou à criação de planos de saúde com características específicas da realidade e da legislação brasileiras. Na pesquisa para localizar ou criar os termos nas línguas estrangeiras empregadas nesse glossário, utilizou-se consulta a sites especializados, principalmente dos Estados Unidos e da Argentina. Quando

não eram encontradas traduções nessas fontes, ampliou-se a pesquisa para *sites* de outros países, como Canadá e Inglaterra, no caso do inglês, e para os demais países da América do Sul e Espanha, no caso do espanhol. A opção por termos Americanos deve-se a serem os Estados Unidos o principal fornecedor de modelos de planos de saúde e de terminologia técnica e científica para o Brasil. Já no que se refere à Argentina, considerou-se esse o principal parceiro comercial e científico do Brasil na América do Sul. Esses são também os principais idiomas utilizados pela Organização Pan-Americana de Saúde. Para esse trabalho contratou-se tradutor de espanhol, os especialistas da ANS participaram com seus conhecimentos do setor e da língua e houve revisão e acompanhamento da equipe de terminologia e da tradutora do projeto de terminologia da Saúde.

Ainda assim, para muitos termos do glossário não foram encontrados termos similares ou correspondentes com o mesmo conceito. Sem traduções já estabelecidas para os termos, foi necessário criar traduções em ambas as línguas estrangeiras. A criação de termos em espanhol não apresentou dificuldades devido à maior proximidade das duas línguas. Já em inglês, houve necessidade de criação neológica o que, além de muita pesquisa, provocou muitas ponderações por parte dos técnicos e diretores da ANS. Como exemplo de neologismo, citamos “Cobertura assistencial hospitalar com obstetrícia” que em inglês foi traduzido por “inpatient coverage with obstetrics”. Trata-se de um neologismo por não haver este tipo de cobertura em outros países, motivo pelo qual foi necessário criar uma tradução para o termo.

5. Conclusão

É importante fomentar o trabalho de elaboração de glossários de linguagem de especialidade no maior número possível de áreas e instituições, a fim de proporcionar uma maior uniformidade da comunicação entre os profissionais das áreas de conhecimento. A padronização dos instrumentos terminológicos institucionais se propõe a aperfeiçoar o modo como eles são

disponibilizados e aumentar a precisão do seu uso. Critérios padronizados bem definidos devem ser usados para extração de termos, elaboração de definições, inclusão de remissivas, variantes lexicais, siglas e notas a fim de manter um padrão de qualidade. Na tradução, também é necessária certa padronização para manter o entendimento uniforme dos termos utilizados. O *Glossário temático: saúde suplementar* foi elaborado conjuntamente por equipes de terminologia e técnica capacitadas e tem demonstrado sua eficácia uma vez que tem sido utilizado por órgãos governamentais na solução de controvérsias entre interesses dos planos de saúde e de beneficiários, cumprindo assim sua função social de defender os interesses dos usuários de planos privados de assistência à saúde.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. Neologismo. Criação lexical. 3 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BASILIO, Margarida. Teoria lexical. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário temático: saúde suplementar. Projeto terminologia da saúde. Brasília, 2012.
- CABRÉ, M. T. La terminología: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empuries, 1993.
- CALVET, L.-J. Sociolinguística: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CUNHA, D. A. Aspectos do trabalho terminológico na empresa. Cadernos de Terminologia, A Constituição de normalização terminológica no Brasil, São Paulo, 2 ed., v. 1, p. 47-57, 2001.
- FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. TradTerm, São Paulo, v. 7, p. 11-40, 2001.
- FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 2, Apr/June 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 30.jun.2013.
- KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. Introdução à terminologia: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAVEL, S.; NOLET, D. Manual de terminologia. Québec, 2001. Disponível em <http://sis.posugf.com.br/AreaProfessor/Materiais/Arquivos_1/13881.pdf>. Acesso em: 30.jun.2013.

Site da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Disponível em: <http://www.ans.gov.br>. Acesso em: 30.jun.2013.

As narrativas orais em contextos de obras terminográficas

Raimunda Benedita Cristina Caldas*
José Guilherme dos Santos Fernandes**

1. Introdução

As narrativas, enquanto contextos em obras lexicográficas como dicionários e glossários, conferem, sobretudo, espaços de realizações discursivas nos mais diversificados modos de se operacionalizar as muitas facetas de uso de determinada palavra ou expressão da língua indicada como entrada ou verbete. A respeito do modo como cada termo repercute na atualização discursiva, deve-se considerar que a relação entre discurso e narrativa é imprescindível para se entender o papel que a narrativa pode assegurar na legitimação do discurso narrativo oral como abonação. Primeiramente, é no ato de enunciação (narrativa) que o sujeito se apropria da língua (cultura) e a converte em expressão própria (discurso). Portanto, mesmo que haja uma distinção conceptual metodológica em narratologia, que discrimina dois planos de análise do texto narrativo - “plano dos conteúdos narrados (história) e plano da expressão desses mesmos conteúdos (discurso)” (REIS; LOPES, 1988, p. 29) - estes planos devem ser vistos como correlatos. O que implica dizer que o discurso narrativo decorre do ato de enunciação de

* Raimunda Benedita Cristina Caldas é professora adjunta da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança. Doutora pela Universidade de Brasília. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (Campus de Bragança - UFPA). *E-mail*: criscaldas@ufpa.br

** José Guilherme dos Santos Fernandes é professor adjunto da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança. Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal da Paraíba. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (Campus de Bragança - UFPA). *E-mail*: mojuim@uol.com.br.

um narrador, que lança mão de um sistema de representação (valores e linguagem) para construir uma versão sobre determinado evento, utilizando determinados signos técnico-narrativos.

Portanto, vale lembrar que entre indivíduo e contexto existe implícita relação, ou seja, a produção de um texto narrativo também é a produção de um (con)texto coletivo, a realização “exemplar” da memória coletiva, mesmo que originada na subjetividade do indivíduo, conceito que retomaremos mais adiante. Por ora, devemos compreender que a narrativa, particularmente a oral, enquanto documento de abonação representa um valor e referência a um *ethos* construído a partir de uma sociedade discursiva: a questão é que, na atualidade, mesmo reconhecida a legalidade do discurso oral como abonação (BRASIL, 2012), a sociedade do discurso escrito ganha relevo, ou seja, tem a legalidade de construir documentos baseados em procedimentos de inclusão (comentário, autoria e disciplinaridade) dos textos canônicos escritos. Segundo Foucault, em todas as sociedades existem

narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (1996, p. 22).

Para que um texto tenha validade em uma sociedade do discurso ele tem que estar assentado em um texto anterior, em procedimento de intertextualidade ou comentário, pois a referência a um texto primeiro é a ratificação do discurso fundador, representado pelos textos religioso, jurídico, literário ou científico. Além do mais, a intertextualidade é um procedimento que ratifica o discurso da verdade que somente certos autores são reconhecidos como portadores, pois estes são porta-vozes de uma área de conhecimento por agruparem certos discursos que mantêm a unidade e a coerência. Na sociedade urbana e do conhecimento científico não há espaço para o saber que não seja escrito ou ratificado em textos anteriores da tradição acadêmica. Esquecem-se os arautos da modernidade científica que

A questão é que, de diferentes maneiras, todos os conhecimentos, mesmo o científico ou qualquer outro, estão marcados por contextos sociais e institucionais em que são produzidos. Por isso, a valorização e a avaliação dos resultados de qualquer forma de conhecimento devem ser feitas levando em conta as condições de produção. Não existe saber universal, nenhum o é; todos os saberes são relativos às condições em que são produzidos (MATO, 2008, p. 106).

Desse ponto de vista, deve-se considerar que o conhecimento narrativo oral tem suas especificidades e determinadas condições de produção, pois, via de regra, marca uma determinada cultura e discurso, a saber, o das populações tradicionais¹, marcados, dentre outras características, por: a) conhecimento aprofundado e dependência econômica da natureza e seus ciclos, conhecimento este transmitido por via oral; b) importância do mito e de rituais ligados à caça, à pesca, à agricultura e a atividades extrativistas; e c) atualização do mito pela memória (inter)subjetiva. Alie-se a estes conhecimentos, a construção de representações narrativas na transmissão oral em autêntica ciência do concreto (para lembrar Lévi-Strauss, em *Pensamento selvagem*, 1997), imagética e localizada. Somente vislumbrando essas condições de produção da narrativa oral podemos aceitá-la como patrimônio cultural, visto que este é bem material ou imaterial (narrativa, em particular) que se refere à identidade e à memória e se constroem como forma de expressão em que estão objetivadas formas de criar, ser e fazer. Porque a memória, aqui entendida como coletiva, é o acontecimento na vida de um grupo que ocorreu segundo seu ponto de vista, mediante as lembranças comuns, e que constrói uma comunidade afetiva e de pertencimento dos narradores àquele acontecimento suscitado por suas lembranças-narrativas.

Assim, ao se retomar tal registro, parte-se do contexto envolto nas narrativas, especialmente quando a busca de informações ocorre a partir das experiências dos falantes, em contextos de fala, nos quais os saberes não são reconhecidos como científicos, pois expressam vivências, que ao longo do

¹ Entende-se Populações Tradicionais o que enumera Diegues (2002), relativo a grupos sociais que têm interdependência com a natureza para garantir sua sobrevivência, construindo seu modo de vida segundo os ciclos naturais e os recursos renováveis, desenvolvendo sua economia em território dinamizado por gerações, com técnicas simples e sociabilidade baseada no parentesco e compadrio.

tempo, confirmaram o *status* de saber, mas que, entretanto, vistos de outro modo, podem sim ser forma de conhecimento, mesmo a despeito de não serem escritos; mas têm um teor narrativo, representam um dado acontecimento e fundam uma realidade, tão próxima ao verossímil da existência humana.

Desde logo é bom que se diga que a narrativa é o tipo textual que mais se aproxima do caráter verossímil da literatura, ou seja, do que pode ser o real, mesmo que tenhamos consciência que o real é uma construção. Isto porque apresenta algumas qualidades inerentes à vida humana, como figuração, transformação de estados e temporalidades. Inclusive, essa transformação implica aquisição ou perda, o que é o sentido da existência: a busca, ou pelo que ainda não temos ou pelo que deixamos de ter; é a história de todos nós, seres desejanter, que se estrutura em relações de anterioridade e posterioridade. (FERNANDES, 2011, p. 44)

2. Entre abonações de textos orais e escritos

Podemos correlacionar os dois tipos de contextos indicados para as entradas de dicionários - abonações orais e escritas - com dois tipos de memória descritos por Orlandi (2003, p. 15): a discursiva e a institucionalizada.

As abonações advindas das fontes orais extraídas diretamente dos narradores, são oriundas do que podemos classificar como história oral de vida² e servem para inserir determinado item lexical em contexto de uso e, por seu turno, equivalem à memória discursiva, ou seja, à fala. Esta memória, assentada no indivíduo e na oralidade, das sociedades sem escrita ou com baixo uso desta, é mais passível de liberdade e possibilidades criativas do que a memória escrita, esta mais sacramentada pela palavra por palavra, mais fixa no tempo. A escrita, ou memória institucionalizada, tem um teor mais

² História oral de vida é o método de pesquisa que consiste em se obter relato oral de trajetória de vida de determinado narrador, segundo entrevista aberta e baseada na memória do relator, respeitando-se as escolhas deste e seu modo de narrar, conforme a seleção da memória, com seus esquecimentos e silenciamentos. Prima-se pela obtenção de um ponto de vista ou versão do narrador em relação à sua vida e aos fatos sociais por ele vividos.

documental, enquanto armazenamento de informações e comunicações, além de alterar o foco da sensibilidade da memória do auditivo para o visual, da relação interativa e solidária entre falante e ouvinte (e o *feedback*) para a relação alterativa e solitária entre autor e leitor: no primeiro caso a autoria é partilhada, no segundo é diretiva. Entretanto, mesmo que mais flexível, a memória discursiva não é menos coletiva, porque, ao dar espaço às lacunas do esquecimento, provocado pela distância espaço-temporal entre tempo da narrativa e tempo da narração, não é menos significativo que a coerência discursiva e narrativa seja garantida pelo “enredamento verossímil”, que deve dar o narrador/enunciador ao seu texto para que seja crível e compreensível pelo narratário. Sendo assim, o esquecimento é um pivô para deslanchar a construção narrativa, segundo Ferreira (2003). E por certo as possibilidades desse devir narrativo, manipulável pelo narrador, não fogem das possibilidades do regramento social, a que defende ou repulsa o narrador, em uma palavra, a cultura. Portanto, nesse sentido os exemplos, mesmos sendo individuais, são passíveis de serem construções coletivas e sociais. Por outro lado, as abonações relacionam-se ao que a autora classifica como memória institucionalizada. Esta se reverte em arquivo, em escrita, em fonte documental, representando o discurso documental, disponível nos arquivos para que não a esqueçamos (ORLANDI, 2003, p. 22).

Talvez o essencial a se relativizar na relação entre esses dois tipos de memória (discursiva e institucional) é que temos em mãos duas faces da mesma moeda (a memória), que se referem à memória das coisas (representação verossímil pela narrativa, ou memória discursiva) e à memória das palavras (representação de outros textos escritos, ou memória institucionalizada): o que passa a existir primeiro, a coisa ou a palavra? Questão irrelevante, o que devemos considerar por ora é que coisa e palavra representam modos distintos e complementares de conhecimento, um mais imediato, outro mediato; um mais imagético e icônico, outro, mais gráfico e simbólico.

O problema que gostaríamos de relevar aqui é que a apresentação de uma obra lexicográfica comporta a feitura de modelos que contemplam as chamadas abonações escritas, e, embora seja discutida a importância de se

enquadrar determinado termo em contexto de utilização, atenta-se para o fato de que ainda consideramos como abonações contextos escritos extraídos de determinada obra ou trecho já escrito em algum periódico, desmerecendo-se o contexto de uso das expressões, em realização oral, o que é muitas vezes mais próprio e legítimo em certos grupos sociais, como as populações tradicionais a que nos referimos anteriormente.

O uso de abonações orais, de outro modo, molda-se nas tomadas de discursos orais, referindo-se ao processo de constituir um contexto por meio de trechos extraídos de contextos de fala. Nesse sentido, a língua oral costuma ser dicotomizada em relação à língua escrita. O entendimento da regra aponta a abonação com textos escritos enquanto presentificação do registro do uso efetivo de determinado termo, compreendendo-se que é bastante cômodo ao terminógrafo disponibilizar de tais fontes de referência escrita.

De outro modo, os contextos de narrativas orais comportam pesquisas *in loco*, com gravações ou registros orais, e consequentes transcrições, que, de alguma forma, alteram a gênese oral, partindo-se de sua estrutura oral para uma adaptação compatível à estrutura de escrita a ser privilegiada em modelo próprio às finalidades da pesquisa. Costuma-se, nesse caso, fazer uma transcrição que acompanhe os traços da escrita, sem que, necessariamente, esta transcrição grafemática contemple plenamente os aspectos da fala. A transcrição grafemática produz maior proximidade, por meio de representações de convenção, a determinados traços que enfatizem entonação, pausas, interferências de superposições de temáticas, enfim, aspectos relativos à situação de fala.

Contudo, os contextos são tomados de modo efetivo em uma obra terminográfica, como um dicionário ou glossário para ancorar a situacionalidade de determinado termo. Nesse sentido, as definições ganham projeção de uso desse termo em espaços diversos de significação, o que confere certa completude ao estudo lexical do item em questão.

Mais especificamente, para demonstrar a situacionalidade do contexto, toma-se a indicação, reconhecida como fonte do contexto, a qual é

Registro do autor, obra, data etc. de onde foi extraída a frase contextual. O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor dos contextos. Neste caso, para evitar repetições desnecessárias, a referência única pode ser informada na apresentação da obra (FAULSTICH, 2001, p.13).

Para justificar a situacionalidade mencionada deve-se levar em conta o entorno da abonação, uma vez que nela estão envolvidos sujeitos, referências situacionais e sociais, elementos que comportam a abrangência do discurso em normas diversificadas. Nessa acepção, os contextos indicam tanto o espaço de ocorrência do verbete, bem como sua legitimidade nesse espaço. Atente-se que em caso de narrativa, oral ou escrita, esse contexto, muitas vezes, é enunciado como preâmbulo do acontecimento, e sua circunstancialidade, pelo narrador é o que confere ao texto narrativo seu caráter de verossimilhança, pelo simulacro que cria da “realidade”.

Em relação específica ao contexto da produção oral, devemos minimamente estar atentos a como garantir a legitimidade do texto falado: para tanto, devemos observar a ancoragem do relato oral em relação a eventos históricos e ao patrimônio natural e cultural; legitimidade do narrador em relação à sua comunidade de pertença; coerência da construção narrativa, considerando-se a coerência narrativa e discursiva do que é contado (enredamento).

Nessa discussão também há de se levar em conta que as narrativas orais partem das situações que no aporte das obras lexicográficas indicam sobremaneira definições acerca de saberes ou experiências.

2.1 Abonações e a memória institucionalizada

A abonação pode assim ser definida: “em um texto atestado ou criado artificialmente: a *abonação* representa qualquer texto, oral ou escrito, construído de forma espontânea” (BRASIL, 2012). Com o fim de discutir a respeito do caráter das abonações tomamos o tratamento dos contextos em um dicionário comum e em obras repletas de termos da região amazônica e situamos os verbetes ‘jacumã’, ‘jacumaíba’, ‘jacumaúba’, dos quais

chamamos atenção às acepções que recebem abonações: no *Novo Aurélio* - o dicionário da língua portuguesa (DNA), versão 3, dicionário comum; no *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, de Cunha (1999) e no texto “As populações indígenas e mestiças da Amazônia”, da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de Veríssimo (1887).

O *Novo Aurélio* - o dicionário da língua portuguesa apresenta os referidos verbetes:

jacumã [Do tupi.] S. m.

1. Bras. Amaz. Remo indígena, em forma de pá.
2. Bras. Amaz. Governo de uma canoa com um remo de mão em uma de suas extremidades: "Sentado ao jacumã, dava grandes remadas espaçadas" (José Veríssimo, *Cenas da Vida Amazônica*, p. 118).

jacumaíba [Do tupi.] S. m. Bras. PA MA

1. Piloto de canoa em pontos onde é arriscada a navegação.

[Var.: jacumaúba.]

jacumaúba S. m. Bras. PA MA

1. V. jacumaíba: "aos doze anos sabia governar um escaler ou uma canoa, e meu remo não se deixava bater facilmente pelo remo de pá de qualquer jacumaúba pescador de piabas." (ALUÍSIO AZEVEDO, *Pegadas*, p. 84).

É possível depreender, a partir das definições dos três verbetes, que as abonações conferem uma ação processual de quem dirige - o piloto. No cenário apontado pelas abonações a diferença entre ‘jacumã’ e ‘jacumaíba’ diz respeito à atuação do piloto em relação ao curso do rio, se mais agitado, turbulento, recebe o sufixo ‘-íba’.

No entanto, as abonações do *Dicionário Histórico* de Cunha (1999) apontam para uma ancoragem diferente dos termos em questão, ‘jacumã’ e ‘jacumaíba’. Desta vez, ao compararmos as abonações dadas pelo DNA com as do *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, obtemos para ‘jacumã’ as abonações que indicam um lugar, um espaço de direção da embarcação, enquanto para ‘jacumaíba’ o registro refere-se ao agente, o condutor, conforme observamos:

jacumã s.f. Var.: 7 jacumà, 8-9 jacuman, 9 jacumã [< T. ñaku'mã, ĵakumã ~ VLB I. 51: *Balisa de pescaria, s, hũas uaras em q. se amarra a embarcação em quanto se pesca = Nhacumã, vel, Jacumã*].

Espécie de remo usado como leme.

c1767 J. DANIEL. *Tesouro do Rio Amazonas* in RIH, III. (1841) 43: [...] pás, de que alguns [pilotos Tapuyas] usam nas suas canoas em lugar de leme, chamadas *jacumà*. 1886 J. VERÍSSIMO *Cenas da Vida Amazônica* (Ed. 1899, 350): O velho sentou-se ao jacuman e com mãos seguras ainda pega o remo de itaúba. 1888 INGLÊS DE SOUSA *O Missionário* (Ed. 1899, II.viii. 114): [...] largaram o jacuman³, e o ubá, perdendo a força impulsiva que trazia, fora de mansinho cedendo á correnteza, [...]. 1895 J. VERÍSSIMO *A Pesca na Amazônia* I. iii. 33: Um companheiro, um filho menor ou qualquer outro corumim, vae ao jacuman, isto é, sentado no banco extremo da pôpa, [...]. 1928 M. ANDRADE *Macunaíma* viii. 107: Quando a jacumã de Vei não embalou mais o sono dele Macunaíma acordou. 1930 G. CRULS *A Amazônia que eu vi* 305: Passamos, então, para a canoa providencialmente encontrada, e como a nossa tinha de ser comboiada, o Ricardo, com o auxílio de uns paus, improvisou-lhe á popa uma jacumã. 1938 R. MORAIS *Os Igaráunas* i. 12/13: Apareceu, de facto, no principio do estirão, á jusante, uma igarité equipada a seis remos, fora o jacumã. IDEM *Ib.* xxvi. 307: A Merandolina pegou na jacuman e o João postou-se á prôa, de frecha em punho.

Jacumaíba s.m. Var.: 7 *jacomaúba, jacumayba* [< T. *ĵakumaĩua < ĵaku'mã 'jacumã' + ĵua 'guia, cabo, chefe' ~ VLB I. 152: *Guia como na dança = Igbã*].

Piloto de canoa.

1763 J.S. JOSÉ *Viagem ao Gram-Pará* in RIH, IX. (1869) 52: [O sargento mor Pedro Barreiro] logo principiou a exercitar a sua obrigação de piloto, que cá se diz universalmente *jacomaúba*. c1767 J. DANIEL *Tesouro do Rio Amazonas* in RIH, III. (1841) 43: Chamam esses pilotos [Tapuyas] na sua lingua *jacumaybas*, cujo nome é originado de umas pás, de que alguns usam nas suas canôas em lugar de leme, chamadas Jacumã.

Do mesmo modo acontece em Veríssimo (1887) e não há indicação quanto ao movimento do curso do rio, se mais agitado ou calmo. Porém, nesta obra o autor retoma um exemplo para definir 'jacumã', já que não há

³ Nesse contexto, 'jacumã' é nome masculino.

abonações para esse verbete⁴, mas Veríssimo aponta ‘jacumaíba’ presente na obra de viajantes, como se pode verificar:

JACUMÃ, a popa da canoa, e, por extensão, o leme, que o selvagem não conhecia. O homem do jacuman: o aarães. De jakumã, popa ou talvez o remo que movido pelo timoneiro, servia de leme, nome pelo qual, julgo, não se deve traduzir a expressão tupi, pois faltava-lhes o objecto. Aqui não se chama ao leme jacuman, e simplesmente emprega-se este termo quando trata-se de pequenas canoas (montarias, e pequenas igarités) que o não tem e que são governadas por diversos movimentos que a um remo dá o sujeito sentado á popa. A expressão usada é ‘pegar o jacuman”. Este curumin já sabe pegar (o) jacuman = este rapazinho já sabe governar uma canoa. O Dicc. contemp. não dá esta palavra, mas traz jacumaiba, o piloto. Jacumaûba, como se encontra nos antigos viajantes (como o bispo Fr. João de S. José de Queiroz, Ver. do Inst. Hist. Tom. 9º) é hoje desusado, sendo substituído pela expressão “homem do jacuman”. (VERISSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazonia. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo L, Parte Primeira, Rio de Janeiro, 1887, p. 333-334)

As abonações são oriundas de obras literárias (escritas) e, portanto, dizem respeito a experiências descritas por um narrador legitimado para representar o termo em contexto. Os elementos em torno dos verbetes são indicados nas abonações escritas em contextos que atualizam o conhecimento de itens lexicais conhecidos na região amazônica, vivenciados por personagens oriundos da representação do espaço descrito nas narrativas.

Jacumã, de certa forma, equivaleria por sinonímia a ‘popa’, S. f. 1. A parte posterior da embarcação⁵. Contudo, o verbete ‘popa’ no mesmo dicionário não apresenta abonação, mesmo que esteja presente em um dicionário como instrumento que garante a existência de outro termo. Isso se explica porque nem todos os termos necessitam ser abonados em razão de fazerem parte do “senso comum” em dada realidade. Aqui cabe chamar a atenção para a narrativa como texto prioritário de abonações e exemplos,

⁴ Convém lembrar que a obra de Veríssimo não é um dicionário geral, portanto isenta-se da obrigatoriedade das abonações.

⁵ No DNA.

pois detém todas as condições de construção do discurso: fato/evento, condições espaço-temporais, modos, referencialidade histórica, agentes e pacientes. Nos exemplos acima, de maneira mais plena ou particular, estes elementos se fazem presentes. Os termos ‘jacumã’, ‘jacumaíba’ e ‘jacumaúba’ estão dispostos em referência à origem, oriundos do Tupi. Remetem a contextos nos quais as narrativas evocam o reconhecimento dos espaços e neles a integração das personagens envolvidas no discurso apresentado pelos autores. Portanto, chama a atenção que o texto legitimador por natureza do termo é a narrativa, nesse particular a escrita. O que nos leva a uma primeira questão passível de ser levantada: o que determina a supremacia da abonação escrita é o caráter de registro e não o tipo textual.

É até significativo que o texto seja narrativo, uma vez que já afirmamos que o que confere mais autenticidade à vida e à representação humana é a narrativa, por seu caráter de simulacro e de verossimilhança. Assim é que o que se busca são elementos que retratem o cenário amazônico na construção da frase em que se situa o termo (jacumã, jacumaíba, jacumaúba), aparentemente como forma de situar uma cultura em que a expressão faça mais sentido, o que mostra estratégia para representar traços específicos da paisagem física e humana da Amazônia: em relação ao espaço, a ocorrência do termo, e suas variações, no Pará e no Maranhão, indicam espaços do bioma amazônico; em relação ao verossímil, são personagens do *ethos* amazônico que realizam as ações, como a destreza da criança que aos doze anos já maneja a canoa, provavelmente um caboclo ou índio.

Percebe-se que a frase que comporta o termo deve estar ancorada em uma possibilidade crível que faça parte de uma prática cultural. Então, a única apresentação que garante a legitimidade da abonação nas obras mencionadas é de forma escrita. A efetivação do uso do termo jacumã atualiza-se na medida em que as abonações confirmam a existência do sujeito enunciador, que em seu discurso reconhece a existência do termo em sua referência de mundo.

Para ampliar a exemplificação, ora abonada nas obras de referência, basta que se possa atualizar ‘jacumã’ no discurso ainda presente para que se

note o quanto a circulação do termo pode ter tomado o caráter ‘condutor’ e até mesmo de preservação de um hábito pertencente às comunidades indígenas e que encontra eco na atividade da comunidade amazônica. Podemos verificar nos versos:

O cacique Raoni
está embeijado por ti,
o cacique Paiacã
esqueceu seu jacumã.
(composição musical *Meu pajé*, Paulo André Barata/ Ruy Barata/ Edyr Proença)

No caso do texto poético acima, o termo jacumã se refere a uma dubiedade, podendo ser tanto a perda de uma prática de navegação local quanto a perda de rumo em relação ao confronto entre a cultura do indígena (Paiacã) e a cultura do estrangeiro (o cantor Sting, que nos anos 80 esteve próximo do cacique citado). Mesmo havendo a dubiedade do referencial, ao considerarmos que os versos representam uma narrativa abrimos consenso para acreditar que as possibilidades de interpretação são o devir de possibilidades da construção narrativa. E por que não considerar-se a narrativa oral como abonação em situações em que há pouco registro ou ainda nenhum registro? Vejamos os exemplos, antes de partirmos para conclusões e proposições.

Ainda retomando a dimensão do uso do verbete ‘jacumã’ encontramos em outro poema a atualização do sentido processual na compreensão de um sujeito envolto no conceito coletivo desse termo. Dessa vez, ‘jacumã’ atravessa as águas, turbulentas, e chega em cenário terrestre referente a outra situação na qual é preciso manejar, conduzir como em uma navegação, pois a agitação, a turbulência corresponde à manifestação coletiva do povo paraense, o Círio de Nazaré⁶, e, por certo, é preservada como representação

⁶ Maior manifestação popular da devoção católica na Amazônia, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré ocorre no segundo domingo de outubro, a cada ano, mobilizando em torno de 2 milhões de pessoas que caminham pelas ruas estreitas de bairros centrais da cidade de Belém, capital do Pará, em louvor à imagem da santa. Realizam uma caminhada de aproximadamente 4,5 quilômetros, que dura cerca de 5 horas, dada a quantidade de devotos que se empurram e se comprimem durante o trajeto, unicamente para pagar as graças alcançadas ou antecipar o pagamento daquelas a serem realizadas.

na memória coletiva do amazônida e, portanto, do poeta, conforme se pode abstrair nos versos:

JACUMÃ
(José Guilherme Fernandes)

Vim de Marajó de barco a vela, de canoa ou de motor
Pagar promessa, que a virgem me salvou
Não fosse Nazaré no Camará eu morreria sem dar pé
Alumiou, não alagou meu igarité.
(REFRÃO)

Mas a multidão que serpenteia
Essa procissão é maré cheia
Me derribou e naufragou toda minha fé.

Tanto fogo de artifício, não esconde o sacrifício
Da procissão na palma da mão, jacumã!

Tanto fogo e sacrifício, não esconde o artifício,
Da multidão na palma da mão, jacumã!

No poema acima, jacumã refere-se à turba que caminha no decorrer da procissão, de forma desordenada e sacrificial (“Tanto fogo de artifício, não esconde o sacrifício/Da procissão na palma da mão, jacumã!”): agora, a mão não conduz o remo como um leme, mas puxa a corda dos devotos que ladeiam a berlinda. A tentativa de condução da corda é similar à tentativa de condução de um jacumaíba, em rio revoltoso, só que é um mar/rio de gente. Percebe-se que a abonação pode garantir parcialmente o sentido primeiro de jacumã, mas a resignificação que os termos adquirem em seu percurso em dada cultura, entre seus usuários, faz com que a construção de sentido seja sempre processual, e alguns sentidos não tenham sido registrados, mas seu uso é deslizante (metonímia) e, por isso, uma ficha terminográfica deve sempre considerar o contexto como o devir. Particularmente o uso literário e artístico dos termos deve estar contemplado, assim como as possibilidades de sua ocorrência em meio de população que prima pela cultura oral.

2.2 As abonações orais e a memória discursiva

A memória discursiva relacionada às diversas fontes de contextos remete à compreensão de que os exemplos, diversificados e extraídos de situações específicas de uso, são oriundos de conhecimentos, saberes especializados, de práticas culturais e seus fazeres, expressos em diversas situações narrativas que, embora não consagrados nos compêndios, integram o repertório do usuário da língua na construção dos sentidos que almeja alcançar. Desse modo, a

Memória discursiva se define, de modo genérico, como “interdiscurso”: um saber discursivo que possibilita que nossas palavras façam sentido. Algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Esse saber corresponde a palavras já ditas e esquecidas, mas que continuam nos afetando em sua qualidade de “esquecimento”. Tratar-se-ia, para mim, dos implícitos em sua regularização como “estereótipos”. Só que esse esquecimento, já diziam Pêcheux e Authier-Revuz, é sujeito a equívoco, de onde a possibilidade de que o novo irrompa. (FURLANETTO, 2000, p. 04).

As abonações orais são oriundas das situações de fala e, portanto, transcritas como contextos que se reportam ao conhecimento transcrito a partir da experiência do falante, fato que nos remete à própria definição.

Nesse contexto, para conferir o aporte do exemplo relacionado ao registro de determinado verbete, partimos do uso do termo ‘cacuri’, mencionado em uma pesquisa de campo com um narrador que nos explica sobre práticas de pesca e, a partir de informações inseridas no conceito, na definição relacionada ao termo cacuri⁷ comparamos com as informações do Dicionário Houaiss.

⁷ Com base na definição do dicionário Houaiss, 2010:

cacuri substantivo masculino

Rubrica: pesca. Regionalismo: Amazônia.

1 m.q. *matapim* [segundo Nascentes, tupi *mata'pi*; Teodoro Sampaio, Silveira Bueno e AGC (DHPT) registram apenas a acp. psc,

O cacuri/tem outro tipo de pesca que é o cacuri também. O cacuri é feito de talo/TALO de anajá ... o cacuri. ... Aí a gente tapa o garapé e o coloca o cacuriu assim num/num:: man/mangue né, no tijuco, a gente arma ele a rede

Coloca ele na lama, no tijuco, tijuco do mangal Aí a gente arma ele na lama aí o peixe vem e entra pra rede do cacuri.

(...)

Na lama assim, no tijuco, né. A gente chama tiJUco, mas é lama. A gente arma ele assim na lama e coloca a rede assim no garapé de tapage e coloca a rede

(...)

O cacuri ... ele é tecido assim mesmo que a gente vai tecendo assim de UM de um a um, tala por tala, vai tecendo na corda assim de cipó. Ele é cumprido ele é cumpridão assim uns quinze parmo e fica um pano e fica daqui pra li assim, a gente tece dois panos faz aquela roda grande na lama assim, ele fica grande pra cima, enfia ele na lama assim

Aí usa a rede assim no garapé de tapagem que é pro peixe entrá pra dentro do cacuri.

(Relato do pescador M.A.S.)

Também retomamos o discurso do ponto de vista do viajante José Veríssimo, que faz uma distinção da nomenclatura de ‘cacuri’ e ‘pari’⁸

Pary, tecido de talas (geralmente da palmeira inajá, Maximiliano regia) ou de varas finas formando panos, com os quaes se construe o cacury (V. esta palavra) e outras tapagens no rio para apenhar peixe. O pary é simplesmente a cerca, o tecido (as talas ou varas ligadas verticalmente) a matéria e não o instrumento de pesca.

prov. der. do nome da planta empregada na confecção daquele tipo de armadilha]

2 tapagem de duas bocas, us. para aprisionar peixes que sobem ou que descem o igarapé

3 tapagem em forma circular e com uma abertura estreita, us. para capturar peixes

⁸ No Dicionário Houaiss (2010):

pari substantivo masculino

Rubrica: pesca.

armadilha para apanhar peixes em rios, feita de varas; paritá

tupi *pa'ri* 'barragem ou cercado de madeira para apanhar peixes'; f.hist. 1895 *pari*, 1928 *pari*

O exemplo do pescador não está em glossários ou dicionários mais especializados que registrem a ocorrência, portanto não existe em referência de abonação escrita. E por que não se utilizar de sintagmas narrativos que possam realizar a diferenciação do termo em relação às outras palavras do mesmo sistema cultural? Primeiro, há necessidade de se fazer um levantamento nesse sistema, no sentido de se encontrar nas práticas da cultura uma possível sistematização dos próprios usuários, de suas festas e celebrações, de seu trabalho, de suas relações comunais e parentais, de suas crenças e ideologias. Assim, de posse do nome podemos realizar a descrição do termo e seu uso em ação, seja como categoria gramatical (substantivos, adjetivos, verbos), seja como sintagmas terminológicos (unidades complexas), o que só é possível mediante a representação mais usual entre as populações que utilizam a oralidade, representação esta que é, via de regra, o texto narrativo.

Mediante este tipo textual podemos observar com mais propriedade locuções nominais e verbais, com respectivas noções e conceitos. Enquanto trabalho terminológico, esse procedimento vincula-se aos seguintes passos: conhecimento detalhado do tema a que se refere a enunciação narrativa, em suas lexias; determinação do tema, segundo a perspectiva, os usuários e as finalidades; seleção do *corpus* a partir do objetivo de cada trabalho; e coleta e registro considerando-se o *corpus* selecionado.

Para fins metodológicos, a partir da utilização do texto narrativo, enumeramos alguns aspectos a serem relevados em uma terminologia que prime pelo uso do texto narrativo na constituição de um inventário:

- a) Quem faz (caráter do sujeito - narrador, protagonista e personagens);
- b) O que faz (as ações);
- c) Para/ contra quem faz (objeto ou complemento da ação);
- d) Quando e onde faz (circunstâncias ou contexto espaço-temporal);
- e) Como faz (modo ou construção da trama);
- f) Por que faz (razões, valores e opinião).

Estes aspectos acima podem ser contemplados em ficha terminológica, além dos elementos clássicos já existentes nas fichas. Ao tratar das ações

imputadas a certos personagens, acreditamos que o uso de determinados termos pode ser mais adequadamente descrito, segundo situações de uso do momento, como é o caso da abonação oral (Relato do pescador M.A.S.), em que ocorrem os atores (quem faz) retratados pelo narrador, que se coloca na pessoa coletiva do discurso (nós). A ação é a pesca (o que), para a garantia da sobrevivência (por que), realizada mediante o cacuri (como faz), retratado em sua constituição: é feito de talos, trançados um a um, em forma comprida. É retratada a dificuldade da pesca, suas circunstâncias (quando e onde) no meio da lama e do tijuco, para a tapagem do igarapé, feita em grande roda de pescadores. Acreditamos que a inserção da narrativa como texto genético na constituição de terminologia pode facilitar a compreensão do contexto de uso e de finalidade de certas práticas culturais, como observamos.

Uma possível ficha terminológica, de uso comum⁹, pode ser a seguinte:

- a) unidade terminológica;
- b) informação gramatical;
- c) equivalentes;
- d) contexto;
- e) definição;
- f) remissiva(s).

Nos três últimos aspectos, podemos vincular o tratamento específico do texto narrativo - caráter dos sujeitos, ações (fábula e trama), objetos e complementos, contexto espaço-temporal, valores e opiniões - aos aspectos de orientação terminológica, uma vez que contexto, definição e remissiva são dependentes de uma rede de relações interdiscursivas e intertextuais, que são dependentes, para a construção de sentido em uma área, do estabelecimento de relações entre contextos diversos, a fim de se propor com propriedade a aplicabilidade do trabalho terminológico, segundo necessidades e funções determinadas pelos usuários, mediante *corpus* escrito ou falado, indicativo da especialização do saber conforme o *ethos* a que se referencializa. Em suma, a

⁹ A ficha terminológica corresponde a um modelo de ficha que demarca o tipo de obra que se está construindo, é de orientação de Faulstich (2001), do Centro Lexterm, usada para elaboração de dicionários e glossários terminológicos.

construção de uma terminologia implica em um trabalho interdisciplinar e intercultural.

3. Conclusão

Neste artigo foram levantadas algumas questões pertinentes à reflexão sobre os referenciais contextuais de obras escritas e de narrativas coletadas pelos narradores enquanto abonações escritas e orais em obras lexicográficas. Neste particular, a sugestão de maior atenção às abonações orais parte da constatação de que tais abonações ainda não constituem uma prática produtiva em nossas obras terminográficas, embora seja reconhecida a legitimidade da abonação oral, a seleção de contextos de narrativas orais necessita de aporte terminográfico, por meio da implementação em ficha terminográfica, que permita a compreensão de espaços de identidade do narrador, como o conhecimento de seus saberes e de suas práticas, bem do modo de percepção dos objetos por ele descritos.

Não é demais afirmar que na construção de terminologias a colaboração intercultural é imprescindível, ou seja, na construção do inventário de sentidos de um termo não podemos considerá-lo como meramente a transposição de um sentido literalmente entre uma cultura e outra, mas antes se deve atentar para o diálogo, quase sempre difícil, entre visões de mundo diferentes, por vezes “intraduzível”, mas que devem ser encaradas como semelhantes e homológicas, sem que nenhuma visão posta em contato seja considerada superior à outra. Devemos aceitar e valorar a diferença de representações que são irremediáveis em uma relação intercultural, objetivada nas terminologias: este é um desafio para o investigador. Por fim, é trabalho do pesquisador identificar, analisar e manejar os conflitos nessas representações, apontando convergências e divergências entre os sistemas culturais postos em contato, pois tudo isso é “natural” na produção de conhecimento intercultural. Para lembrar Mato

Os problemas mais difíceis de resolver no desenvolvimento de formas e experiências de colaboração intercultural são os relativos à “tradução”. Compreendo com esta palavra não somente os problemas de tradução de palavras ou ideias interlinguais, mas também a tradução entre diferentes concepções de mundo, em suas sensibilidades e sentidos, que constituem problemas de comunicação intercultural, sobre os quais devemos trabalhar com cuidado cada caso e cada texto (MATO, 2008, p. 113).

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Com direito à palavra: dicionários em sala de aula. PNLD-2102 Dicionários. Brasília, 2012.

CUNHA, A. G. da. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. São Paulo, Brasília: Melhoramentos, UnB, 1999.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Annablume: Hucitec - NUPAUB, USP, 2002.

FAULSTICH, E. Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários. Modelos de fichas de Terminologia. UnB, 2001.

FERNANDES, J. G. Pés que andam, pés que dançam: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (PA). Belém: EDUEPA, 2011.

FERREIRA, J. P. Armadilhas da memória e outros ensaios. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURLANETTO, M. M. Semântica, estereótipo e memória discursiva. Santa Catarina: UNISUL, 2000.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. Introdução à Terminologia: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 2. ed. Tradução de Tania Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1997.

MATO, D. No hay saber 'universal', la colaboración intercultural es imprescindible. *Alteridades*, n.18. Ciudad de México, p. 101-116, 2008.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Ler a cidade: o arquivo e a memória*. In: ____ (Org). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb, 2003, p. 07-20.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

VERÍSSIMO, J. As populações indígenas e mestiças da Amazonia. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo L, Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. 1887. p. 295-390.